

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LUZIANA KARLA BRAGA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES ONCOLÓGICOS**

Varginha/MG

2018

LUZIANA KARLA BRAGA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES ONCOLÓGICOS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientadora: Virgínia Donizete de Carvalho.

Varginha/MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

S729r Souza, Luziana Karla Braga de.
Representações sociais do trabalho voluntário em uma
associação de assistência a pacientes oncológicos / Luziana Karla
Braga de Souza. - Varginha, MG, 2018.
101 f. : il. -

Orientadora: Virgínia Donizete de Carvalho.
Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) -
Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2018.
Bibliografia.

1. Representações sociais. 2. Trabalho voluntário. 3. Terceiro
setor. I. Carvalho, Virgínia Donizete de. II. Título.

CDD – 361.37

LUZIANA KARLA BRAGA DE SOUZA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES ONCOLÓGICOS

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 25/06/2018

Profª. Dra. Virgínia Donizete de Carvalho
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



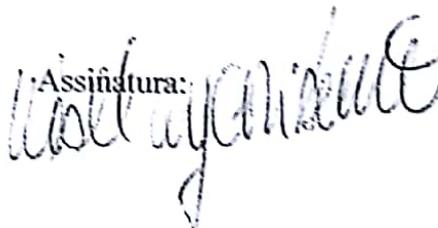
Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues de Souza
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



Prof. Dr. Wesllay Carlos Ribeiro
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



Dedico a Deus, à minha família, aos amigos e
aos meus professores, pelo apoio na realização
desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana de Paiva Braga, pelas orações e incentivo incondicional à minha eterna busca por conhecimento.

Aos meus irmãos que sempre torceram por mim: Sebastião, José Carlos e em especial Álvaro, meu modelo de vida e persistência. Dr. Álvaro, mestre, doutor e pós-doutor, pesquisador da Fiocruz, muito obrigada por acreditar tanto neste projeto.

Ao meu marido, Geraldo Magela pela compreensão e apoio nos diversos momentos em que precisei abdicar de sua companhia para poder me dedicar à conclusão deste trabalho.

Aos meus filhos Sebastião e Maria Luíza, muito obrigada! Amo vocês!

À minha orientadora Profa. Virgínia Donizete de Carvalho, gratidão sempre por sua ajuda, por ter acreditado em mim e no meu projeto de pesquisa desde o início. Obrigada pela dedicação, paciência e pela experiência e conhecimentos compartilhados.

Às minhas amigas Sarah e Larissa, agradeço a paciência e a disponibilidade.

A todos os colegas da turma do mestrado. Aprendi muito com vocês!

“A persistência é o menor caminho para o êxito”

(CHARLES CHAPLIN, 1997, p. 118).

RESUMO

Objetiva-se por meio desta pesquisa mapear as representações sociais do trabalho voluntário entre os sujeitos atuantes na Associação do Voluntariado Vida Viva, de Varginha/MG, à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS). A TRS, elaborada por Serge Moscovici, em 1961, visa à compreensão da realidade social sob uma perspectiva histórico-crítica, articulando-a com a construção social da realidade por meio de uma abordagem simbólica interpretativa (MOSCOVICI, 2015). Pretende-se mapear as representações sociais do trabalho voluntário dos sujeitos atuantes na Associação do Voluntariado Vida Viva, considerando-se a importância econômica e social desse tipo de trabalho na sociedade contemporânea. O mesmo pode ser visto como um espaço de conhecimento em construção, representando um dos eixos de sustentação das organizações não Governamentais (CALDANA et al., 2012). O trabalho voluntário é convergente com a adoção da abordagem simbólica interpretativa defendida pela TRS, a qual será usada como caminho para o entendimento das interações simbólicas entre o trabalhador e sua prática. Dessa interação nasce a representação social. A fim de demonstrar este universo simbólico, entendendo quais os símbolos e significações são pertinentes ao trabalho voluntário desenvolvido nessa associação, será realizada uma pesquisa de campo, baseada em entrevistas semiestruturadas, com uma amostra de 15 voluntários, bem como, em uma observação participante realizada na instituição pesquisada. A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Palavras-chave: Teoria das Representações Sociais. Voluntariado. Terceiro Setor.

ABSTRACT

This research aims to map the social representations of voluntary work among the people working at Associação do Voluntariado Vida Viva, located in Varginha/MG, considering the Social Representations Theory (SRT). Such theory, elaborated by Serge Moscovici in 1961, focus on the understanding of social reality from a historical-critical perspective, articulating it with the social construction of reality through an interpretative symbolic approach (MOSCOVICI, 2015). The work also aims to map social representations of voluntary work among the people working at Associação do Voluntariado Vida Viva by considering the economic and social importance of this type of work in contemporary society. It can be seen as a knowledge space under construction, representing one of the pillars of non-governmental organizations (CALDANA et al., 2012). The voluntary work is convergent with the adoption of the interpretative symbolic approach defended by the SRT, which is used for the understanding of the symbolic interactions between the worker and the practice. From this interaction, the social representation is born. A field research will be performed to demonstrate this symbolic universe, understanding which symbols and meanings are relevant to the voluntary work developed in the association. The research is based on semi-structured interviews, with a sample of 15 volunteers, as well as a participant observation conducted at the researched institution. The analysis of the data is performed through the technique of content analysis (BARDIN, 1977).

Keywords: Social Representations Theory. Volunteering. Third sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Pentágono: Símbolo do Trabalho Voluntário”	21
Figura 2 – Hierarquia dos 5A’s	26
Figura 3 – O campo de estudos da representação social	44
Figura 4 – Teoria do núcleo central	58
Figura 5 – Núcleo Central e Sistema Periférico	85
Quadro 1 – Resumo dos conceitos de voluntariado	27
Quadro 2 – Evolução do Voluntariado no Brasil	31
Quadro 3 – Características e funções do núcleo central e sistema periférico.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalho não remunerado no Brasil de 2011 a 2013	33
Tabela 2 – Frequências e porcentagens das categorias de Representação Social do trabalho voluntário	66
Tabela 3 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Enriquecimento Pessoal.....	67
Tabela 4 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Altruísmo	70
Tabela 5 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Solidariedade	75
Tabela 6 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Pertencimento	77
Tabela 7 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Resgate do Sentido à Vida.....	79
Tabela 8 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Transformação Social	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CVSP	– Centro de Voluntariado de São Paulo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	– Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
LBA	– Legião Brasileira da Assistência
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PNAD	– Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGPS	– Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade
PRONAV	– Programa Nacional do Voluntariado
PVNU	– Programa de Voluntários das Nações Unidas
TRS	– Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O TRABALHO VOLUNTÁRIO	16
2.1	CONCEITUANDO	16
2.2	O PERCURSO HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL	28
2.3	O VOLUNTÁRIO NO BRASIL: NÚMEROS E PERFIL	32
3	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERGE MOSCOVICI.....	38
3.1	COMPREENDENDO A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	38
3.2	USO PRÁTICO PARA A ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS: A INTERAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA PRIMORDIAL, AS FUNÇÕES E OS PROCESSOS FORMADORES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	49
3.3	O NÚCLEO CENTRAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	56
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
4.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	61
4.2	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	62
4.3	COLETA DOS DADOS	62
4.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	64
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
5.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	65
5.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNARIADO VIDA VIVA, DE VARGINHA/MG.....	65
5.2.1	Enriquecimento pessoal	66
5.2.2	Altruísmo.....	70
5.2.3	Solidariedade.....	75
5.2.4	Pertencimento.....	77
5.2.5	Resgate de sentido à vida.....	79
5.2.6	Transformação social.....	81
6	NÚCLEO CENTRAL	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O trabalho voluntário tem sido exercido predominantemente no âmbito das Organizações Não Governamentais – ONGs (DOMENEGUETTI, 2001). Cabe ressaltar que o conceito de voluntário e suas motivações recebeu caráter jurídico no Brasil a partir da Lei 9.608/98, que classificou o serviço voluntário como uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou às instituições privadas de sem fins lucrativos, que tenham objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social (BRASIL, 1998).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificou os termos como voluntariado, serviços voluntários e atividades voluntárias como um amplo campo de atividades realizadas espontaneamente, cujo benefício visa a atender e promover ações sociais de modo que não exista uma contrapartida financeira como fator de motivação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

No Brasil, a publicidade da atividade voluntária se ampliou com maior intensidade a partir de 2001, ano considerado como o “Ano Internacional do Voluntariado”, em virtude do forte movimento ocorrido à época, denotando reconhecimento e valorização do trabalho voluntário (SAMUEL, 2016). A partir disso, de acordo com Soares (2014), que realizou um estudo econométrico, abrangendo um período de 20 anos, a respeito da oferta deste tipo de trabalho no país (utilizando os dados da Pnad de 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012, bem como da OIT de 2011), foi possível notar um crescimento em torno de 30% no número de trabalhadores voluntários entre os anos de 2002 e 2007, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, onde praticamente o número dobrou. No Nordeste, o crescimento foi de 61% em 2002 e 41% em 2007.

Ocorre que depois da expansão observada nesse período, a partir do ano de 2008 até 2013 foi observado um movimento de redução da oferta desse tipo de trabalho, onde segundo os estudos de Soares (2014), especialmente no ano de 2012 foi registrada queda em todas as regiões do país. Reforçando as conclusões do estudo realizado pela referida autora, de acordo com os dados obtidos por meio da Pnad de 2011, 2012 e 2013 foi possível perceber o declínio no número de voluntários no país (PNAD, 2011, 2012, 2013).

Com relação à queda do número de voluntários, Soares (2014) salienta que:

De 1992 a 1997 a quantidade de voluntários caiu 10 %, saindo de aproximadamente 173 mil para 155 mil voluntários. Em 2002, o número saltou para mais de 250 mil, um crescimento de 64% em relação a 1997. No ano de 2007, também houve um aumento expressivo na quantidade de voluntários (30%), que chegou a 330,7 mil. Contudo, nos últimos anos, a tendência de expansão da oferta de trabalho voluntário verificada na década de 2000 deu lugar a uma trajetória de queda. Com efeito, pouco mais de 208 mil pessoas se dedicaram à realização de atividade voluntária no Brasil em 2012 (SOARES, 2017, p. 19)

Nesse espeque, a partir dos dados obtidos pelo Censo (2010), foi possível averiguar que o tempo médio dispendido nesse tipo de trabalho também reduziu entre os anos de 2000 e 2010. De acordo com os dados, no início dessa década, os trabalhadores não remunerados dispendiam, em sua maioria (27%), de 15 a 29 horas semanais, ao passo que em 2010, 39% dos trabalhadores exerceram algum tipo de atividade até no máximo de 14 horas por semana.

Desse modo, levando em consideração esses dados, a redução no número de trabalhadores não remunerados e no tempo dispendido na atividade voluntária, pode estar indicando uma alteração na forma com que os indivíduos têm construído e trocado informações, opiniões e crenças acerca desse tipo de trabalho. Julgou-se, portanto, relevante conhecer como se caracterizam as representações sociais em torno do trabalho voluntário no contexto de uma organização sem fins lucrativos.

As representações sociais se constituem como um produto da interação e comunicação que fazem parte do cotidiano dos indivíduos e são o principal elo para estabelecer associações entre os membros de uma comunidade. Nesse caminho, as representações sociais são constituídas pelo processo ativo de influências, de símbolos, comportamentos, atitudes, valores e comunicação que perfazem o ambiente do indivíduo e que possuem a característica de serem construídas socialmente. Tais representações permitem que os indivíduos tenham uma ideia sobre o mundo e possam nele atuar (JODELET, 1993; MOSCOVICI, 1978, 2015).

Neste mesmo sentido, as representações sociais se construiriam no decorrer das comunicações interpessoais, podendo ser vistas como uma maneira de expressão do senso comum (MOSCOVICI, 1981). Jodelet (1993, p. 36) destacou a representação social como uma forma de conhecimento, elaborada e compartilhada socialmente com o objetivo de construir uma realidade comum aos indivíduos de uma sociedade, isto é, relacionar o sujeito a um objeto.

Para Minayo (2014, p. 236), “as representações sociais são manifestas em diversos meios como, por exemplo, em falas, atitudes e condutas que, ao longo do tempo, institucionalizam-se e se tornam parte do cotidiano dos indivíduos”. Tendo em vista a

relevância do tema, questiona-se: quais seriam as representações sociais que atualmente permeiam o contexto do trabalho voluntário?

No intuito de se alcançar a resposta a essa questão de pesquisa, o presente trabalho se propõe a estudar o caso de um grupo de voluntários atuantes numa organização sem fins lucrativos, qual seja: a Associação do Voluntariado Vida Viva, sediada em Varginha-MG. A escolha da instituição “Vida Viva” ocorreu em virtude de que, há mais de 22 anos, a associação trabalha com voluntários, contando atualmente com 272 inscritos, sendo 92 voluntários ativos, trabalhando diariamente na instituição, no período das 7h às 17h. Foi fundada em 1996 e, a partir de então, prestou atendimento assistencial a aproximadamente dois mil pacientes oncológicos de Varginha e região, buscando contribuir para uma melhor qualidade de vida no período de tratamento, atendendo a 110 municípios mineiros que utilizam os serviços do Hospital Bom Pastor, em Varginha/MG.

Em agosto de 2016, a associação recebeu a visita técnica do Programa de Voluntários das Nações Unidas (PVNU), com o objetivo de criar uma rede de voluntariado no Estado de Minas Gerais, estimulando a participação social e a solidariedade coletiva em prol de transformações locais.

Tendo em vista o reconhecimento social da referida associação, o objetivo geral deste trabalho versará em mapear as representações sociais do trabalho voluntário dos sujeitos atuantes em uma associação de assistência a pacientes oncológicos.

Os objetivos específicos são:

- a) identificar o perfil sócio demográfico de tais voluntários;
- b) elencar as representações sociais do trabalho voluntário que emergem das falas dos pesquisados, denotando os significados, símbolos, crenças e valores a ele atribuídos;
- c) observar as representações sociais do trabalho voluntário que transparecem por meio das atitudes, comportamentos, comunicação e interações dos pesquisados em sua atuação na instituição estudada;
- d) delinear, a partir da conjugação dos elementos acima levantados, o quadro de representações sociais do trabalho voluntário, sustentadas pelos participantes da pesquisa.

A importância da realização deste trabalho é justificada pela atualidade e relevância do tema para a comunidade acadêmica, pois, de acordo com Dias e Palassi (2007), a produção científica, mesmo no auge do reconhecimento do trabalho voluntário no Brasil no início dos anos 2000, era incipiente. E, ainda hodiernamente, continua de pequena monta a produção

sobre o tema, sobretudo no que pertine às representações sociais do trabalho voluntário, posto que das pesquisas em várias bases de dados (SciELO, Pepsic e Capes) localizou-se apenas uma dissertação de mestrado (SALAZAR, 2004) e um trabalho publicado no 38º Encontro da ANPAD (SALAZAR; SILVA, 2014).

Além disso, o interesse em conhecer as representações sociais do trabalho voluntário permite trazer, tanto para os profissionais como para a sociedade, subsídios para o entendimento da prática do voluntariado, já que a forma como é vivida a realidade social pode ser vista pela lente da TRS.

A justificativa pessoal para a realização desta pesquisa se dá pela participação da pesquisadora em um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal de Alfenas que trabalhava a temática das organizações pertencentes ao Terceiro Setor e do voluntariado dessas entidades. Durante este mesmo período, a pesquisadora participou, como aluna especial, da disciplina “Gestão pública e sociedade” do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), quando pode ter acesso a conteúdos sobre as racionalidades pertinentes ao terceiro setor. Além disso, a pesquisadora teve uma experiência anterior como voluntária em uma organização sem fins lucrativos no município de Varginha em que teve acesso às rotinas inerentes ao trabalho voluntário. Essas experiências permitiram conhecer particularidades do comportamento de voluntários e sua importância no desenvolvimento das atividades desse setor.

Considerando os objetivos do trabalho, serão abordadas no próximo capítulo as principais discussões acerca da definição do trabalho voluntário, suas características e trajetória no contexto brasileiro. Em seguida, será detalhada a Teoria das Representações Sociais com destaque aos estudos de Serge Moscovici. No capítulo de procedimentos metodológicos serão detalhados a abordagem de pesquisa utilizada assim como os instrumentos e a forma de coleta e análise dos dados. Os resultados e discussões abordarão o perfil sócio-demográfico dos participantes da pesquisa, assim como as representações sociais do trabalho voluntário na associação objeto deste estudo. No último capítulo, das considerações finais, serão abordadas as principais contribuições deste estudo para o campo de representações sociais com destaque ao trabalho voluntário, os principais limites e sugestões para futuras pesquisas.

2 O TRABALHO VOLUNTÁRIO

Este capítulo busca inicialmente a compreensão da atividade voluntária, considerando que seu propósito é de se fazer uma contextualização inicial sobre o tema, já que o estudo se trata de uma proposta de mapeamento das representações sociais do trabalho voluntário desenvolvido em uma associação de assistência a pacientes oncológicos. Para tanto, serão apresentados os principais conceitos e definições teóricas sobre o voluntariado, com ênfase ao denominado voluntariado social ou novo voluntariado, o percurso histórico do trabalho voluntário no Brasil, assim como o perfil dos sujeitos engajados em atividades voluntárias no contexto brasileiro.

2.1 CONCEITUANDO

Ao destacar o papel do trabalho para os indivíduos, Medeiros (2004) e Dejours (2008) salientam que ele assume uma posição central na vida dos trabalhadores, ligado à construção da identidade, sendo considerado um suporte para o entendimento da sociedade. Dal Rio (2004) acrescentou que essa ideia de centralidade do trabalho na vida social é resultado do mundo moderno e que, por isso, é possível observar uma ligação entre as relações sociais do trabalho e as relações domésticas, de onde se percebe um vínculo entre as esferas pública e privada.

Nesse contexto, Dejours (2008) afirma que a apropriação do sentido do trabalho e da ação no espaço público para os indivíduos que trabalham é um engate de transformações valiosas para que o trabalho seja primordialmente uma maneira de realização do indivíduo, a fim de que não haja sofrimento patogênico. Seguindo este foco o trabalho é visto como “um objeto social incontornável que, a despeito das mudanças, ainda estrutura fortemente nossa sociedade, não havendo a necessidade de nenhuma análise detalhada para mostrar que ele é um objeto maior das representações sociais”. Logo, a apreensão que se tem é de que o trabalho é um código de dimensões sociais, fazendo parte do aspecto cognitivo diário dos indivíduos e, por isso mesmo, pode ser representado pelas sociedades de um modo geral (MOLINER et al., 2002 apud BENDASSOLLI, 2009, p. 62).

O trabalho em nossa sociedade contemporânea se reveste de variadas formas de expressão onde o voluntariado é umas dessas maneiras que o trabalho possui de se expressar. Assim, a abordagem dos principais conceitos sobre o trabalho voluntário é importante para compreender esta atividade, tendo em vista a multiplicidade de perspectivas ao seu redor (CAVALCANTE, 2012).

O trabalho voluntário inicialmente era visto como uma atividade não remunerada possuidora de um caráter social e criativo. No fim do século XX passou por nova formulação, passando a ser entendido como um espaço de cidadania e responsabilidade social, o qual denota um sentido de bem-estar, da participação nas relações sociais e de desprendimento de benefícios financeiros. Apesar de não ser uma atividade recente, o trabalho voluntário tem sido discutido em seu aspecto gerencial e em questões de cidadania e solidariedade, como uma maneira de se atender às novas demandas sociais (CAVALCANTE et al., 2012; CUNHA, 2010; DOMENEGUETTI, 2001; MEDEIROS, 2004; SAMUEL, 2016).

O voluntariado é um campo ainda pouco investigado, cujas pesquisas se encontram em construção no Brasil. É neste viés que Silva (2011) entende que estudos realizados nesse campo contribuem para esclarecer as particularidades do voluntariado, por abordar temas a ele correlatos como, por exemplo, motivação, valores, sentidos e percepções. Nesse contexto, salienta-se que o trabalho remunerado e o voluntário são considerados complementares e que as percepções acerca dos mesmos são importantes para a sua compreensão.

Uma característica fundamental da atividade voluntária, que a distingue do trabalho remunerado está no fato de que, enquanto nesse último o vínculo é definido, inicialmente, por meio de um contrato utilitário; na primeira tendem a emergir outras motivações e influências, que conduzem a uma relação menos utilitária e mais substantiva (FRANÇA FILHO; SALAZAR, 2006).

O elemento basilar do voluntariado e a sua definição está, geralmente, associada ao sentido de uma ação espontânea de oferecer ajuda ao outro (DOMENEGUETTI, 2001). Para Caldana e Figueiredo (2008), o trabalho voluntário é visto como um modo de construção da subjetividade, havendo uma diversidade de sentidos. Nessa multiplicidade de sentidos, esses autores concluíram que o voluntariado pode significar uma relação de ajuda e uma troca de experiências, bem como um elemento de formação de identidade social.

Ocorre que o tema não tem sido objeto de estudos abrangentes, o que faz com que a literatura a respeito seja escassa. A visibilidade somente ocorreu nas últimas décadas em virtude das lutas em prol dos direitos humanos, civis e sociais, onde passou a ser percebido

como uma ação de cidadania e direcionada ao bem público (CUNHA, 2010; DAL RIO, 2004; DIAS; PALASSI, 2007).

Hodiernamente, o voluntariado é visto como constructo histórico em desenvolvimento. Nesse caminho, o trabalho voluntário se tornou portador de uma dimensão política e solidária, posto que através de forças motivacionais subjetivas e internas, transmuda-se em uma forma de exercício da cidadania e de solidariedade social (CUNHA, 2010; DAL RIO, 2004).

O elemento novo que aparece na concepção é a cidadania participativa, que possui o viés da motivação pessoal, atrelado à questão religiosa, bem como, um viés social (DAL RIO, 2004; FRANÇA FILHO; SALAZAR, 2006). Segundo Dal Rio (2004) uma das naturezas sociais do trabalho voluntário se orienta por postura crítica diante dos problemas, quando o indivíduo opta pelo engajamento.

Nesse contexto, salienta-se a necessidade de um engajamento essencialmente crítico considerando-se a postura do Estado frente às necessidades dos cidadãos brasileiros. A visão da autora precisa e deve ser contextualizada e problematizada, posto que o fato de se engajar na busca por soluções dos problemas sociais não está fundamentalmente ligado a uma perspectiva crítica. Ocorre, na maioria dos casos, justamente o contrário, existindo uma verdadeira ausência da compreensão da estrutura e dinâmica social quando se assume as responsabilidades que são do Estado. Na verdade, o Estado deveria ser cobrado para que efetivamente cumpra com o seu papel e nesse compasso os cidadãos, conscientizados de seus direitos, lutarem pelos mesmos.

Cunha (2010) e Yasbek (2002) afirmam que é a partir da década de 90 que o tema passou a ter mais visibilidade, junto com o crescimento das Organizações Não Governamentais (ONGs¹), em virtude da democratização do país, fato que gerou novos percursos para a sociedade civil, onde se construiu uma noção de voluntariado baseada nos conceitos de cidadania e solidariedade, posto que o próprio trabalho voluntário passa por processos de transformação e construção de seu conteúdo. Nesse contexto, Ramos e Domingues (2016, p. 198) salientam que “um novo padrão de voluntariado iniciou a partir de

¹ Neste trabalho o termo ONG será abordado por meio de uma perspectiva que caracteriza as organizações da sociedade civil que trabalham em áreas relacionadas à filantropia, à assistência social, entre outras áreas, baseada em autores como Terceiro Setor-Info (2013), Damião (2014), Landim et al (1998). De acordo com Baseada em autores como Terceiro Setor-Info (2013), Damião (2014), Landim (1998). De acordo com Landim (1998, p. 19) “as organizações voluntárias sem fins lucrativos tem sido destacadas como espaços privilegiados no estabelecimento ou resgate de vínculos, valores ou formas de sociabilidade positivas, numa contra-corrente da chamada exclusão social. Por outro lado, associa-se à ideia de organização da sociedade civil e de comunidade cívica”. Dessa forma, significa um conjunto variado de organizações da sociedade civil dedicadas à ação social. A sociedade civil deve estar organizada para alcançar mais democracia, e com isso, maior qualidade de vida, buscando uma cidadania mais robusta.

1990 no Brasil”, havendo, sobretudo, uma transformação de atividade voluntária que passou de esporádica para frequente e habitual. Giacomini-Filho e Almeida (2016) realizaram um estudo sobre esta nova concepção de voluntariado e sua atividade comunicacional, concluindo que os espaços de participação, criados e perpetuados pelo voluntariado em ONGs, ocorrem em um *locus* transformador para ambos. Estes autores afirmam que:

Estima-se que nas ações voluntárias há o envolvimento de distintos atores sociais, como profissionais, universidades e estudantes, que ao exercer o voluntariado em comunicação, orientam seus propósitos na direção da construção de uma nova cidadania. A opção pelo voluntariado significa adesão a causas, algo que ocorre por distintas motivações, seja por altruísmo, ou identificação ideológica, seja pelo engajamento às questões sociais ou aprimoramento profissional (GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016, p. 192).

Nesse caminho, autores têm utilizado o termo “novo voluntariado” para se referir a um voluntário independente e ao mesmo tempo coletivo, possuindo motivação em participar da vida em sociedade, de onde advém questões como identidade e solidariedade. Esse novo voluntário doa parte do seu tempo de forma natural e sem remuneração, aplicando suas habilidades em atividades de satisfação mútua e coletivas (GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA; 2016; SAPIRO; MATTIELLO, 2016).

Na tentativa de conceituar o voluntariado, Samuel (2016) destacou a complexidade de descrever as características do voluntariado em virtude da conjugação de conceitos práticos como a não remuneração, gratuidade e cidadania; com elementos simbólicos, tais como a solidariedade, a busca por sentido e reciprocidade. Araújo (2008), Cunha (2010) e Samuel (2016) salientam ainda a questão transformadora do conceito no que tange à consciência a respeito da vida e dignidade humana com uma perspectiva coletiva, considerando-se que o voluntariado absorveu um espaço antes impensado de ser ocupado e nesse contexto, conjuga solidariedade e cidadania.

Desse modo, esse novo voluntário refletiria um tipo de comprometimento da sociedade a qual assume algumas responsabilidades no enfrentamento de problemas sociais, embora não tenha possibilidade de resolvê-los, baseando-se na solidariedade e reciprocidade das relações pessoais e sociais, por meio de ações que se caracterizam, na maioria das vezes, por um cunho assistencialista. Dessa forma, o conceito de voluntário será abordado no sentido do denominado novo voluntariado (CUNHA, 2010; GIACOMINI-FILHO, 2016) que conjuga elementos de busca por cidadania e prática de solidariedade. Um segundo sentido encontra-se sob o aspecto das motivações subjetivas, as quais refletem no altruísmo a sua principal característica (CAVALTANTE, 2012, 2013).

Legalmente, a definição do trabalho voluntário, exercido no âmbito das ONGs, se dá segundo a Lei 9.680/98 – denominada Lei do Voluntariado, a qual afirma em seu artigo primeiro:

Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social (BRASIL, 1998).

No entanto, a atuação em um trabalho voluntário é exercida mediante um contrato de adesão, entre a entidade pública ou privada e o voluntário, em que constam o objeto e as condições dos serviços prestados, conforme o art. 2º da citada Lei do Voluntariado. Despesas comprovadas na realização das atividades voluntárias poderão ser ressarcidas acaso ocorram, devendo haver autorização da entidade beneficiária do serviço voluntário, conforme consta no parágrafo único, do art. 3º da mencionada lei (BRASIL, 1998).

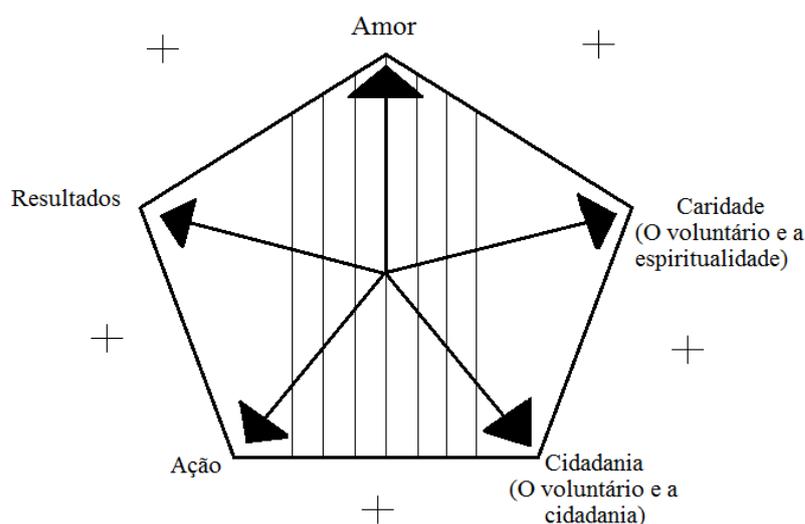
O trabalho voluntário é considerado pela Organização das Nações Unidas como uma fonte renovável e fundamental para a resolução dos problemas sociais e de meio ambiente em todo o mundo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) definiu que o voluntariado e as atividades voluntárias englobam um leque variado de atividades realizadas em benefício da sociedade e sem que tenha a retribuição financeira como um dos fatores de motivação (ONU, 2015).

A conceituação da Lei 9608/98 possui elementos semelhantes à definição da ONU quanto aos elementos da caracterização do voluntariado, por exemplo, no sentido da não remuneração. A International Association for Volunteer Effort (IAVE), por sua vez, já havia aprovado a Declaração Universal do Voluntariado em 1990, ancorada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Convenção dos Direitos da Criança de 1989. Segundo esta Declaração, o voluntariado baseia-se em uma escolha pessoal, sendo uma forma de estímulo à cidadania ativa (ONU, 1990). Dessa forma, percebe-se aqui que a ideia do voluntariado liga-se ao sentido de expressão da cidadania, a qual encontra-se também no conceito da Lei 9680/98.

Nesse espeque, o conceito de voluntariado adotado pela ONU, é perpetuado no Brasil no Portal dos Voluntários (2011) e na Rede Brasil Voluntários (2011). Estes, por sua vez, são redes que propagam o trabalho voluntário em nível nacional. Ainda, segundo o Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP, 2011), que é outra rede de propagação do voluntariado em âmbito nacional, o voluntário doa seu tempo, trabalho e talento em causas de interesse social, melhorando, assim, a qualidade de vida comunitária.

Domenegueti (2001) demonstra que o conceito de trabalho voluntário simboliza um pentágono composto por amor, caridade, cidadania, ação e resultados. Segundo esta autora, estes são os símbolos que geram a ação de servir considerada uma forma de aliviar dores e sofrimentos, conforme a Figura 1 que segue:

Figura 1 – “Pentágono: Símbolo do Trabalho Voluntário”



Fonte: DOMENEGUETI (2001, p. 59)

O amor, como um dos elementos do pentágono, é definido pela autora como “o sentimento que efetivamente permeia todas as ações do voluntário, e é sem dúvida o agente da doação perfeita, ou seja, aquela que não espera nada em troca” (DOMENEGUETTI, 2001, p. 60).

A caridade, que em latim (*caritas*) significa graça e gratidão, demonstra a ligação do indivíduo com o bem-estar do outro, estando presente na maioria das religiões, sendo vista como uma virtude (DOMENEGUETTI, 2001). O terceiro elemento é a cidadania, que segundo Domenegueti (2001, p. 67):

À medida que o conceito de caridade na última década do século XX foi perdendo seu lado rançoso, somado ao avanço das ONGs, com seu sentido mais político e em alguns casos chegando à militância em seu conceito *lato*, o componente – cidadania – foi ingressando paulatinamente no âmago das motivações do ato de voluntariar.

Cidadania, que reflete a condição de cidadão, significa que o indivíduo possui todos os seus direitos resguardados, mas também deve cumprir seus deveres. É um conceito primordial

para a convivência em sociedade, já que possibilita o exercício de direitos e responsabilidades. Nesse diálogo, o indivíduo busca direitos e ao mesmo tempo esquece o comportamento individualista, alcançando a consciência de sua ação em benefício da resolução dos problemas da comunidade em que vive (ANDRADE, 2011; CUNHA, 2010; DOMENEGUETTI, 2001).

Segundo Domenegueti (2001) a cidadania possui o trabalho voluntário em seu centro, o que faz com que ocorram as mudanças sociais, possibilitando a conquista da vida plena. O elemento ação retrata tanto a ação individual, relacionada à decisão do indivíduo na busca pelo trabalho voluntário, caracterizando o perfil do voluntário, quanto à ação do setor de voluntários de uma ONG, este último refletindo a gestão dos voluntários.

Nesse contexto, quanto ao elemento resultados, vislumbra-se um movimento de reciprocidade, ou seja, ocorre na verdade uma interação dialógica, já que é a partir da ação do indivíduo, doando seu tempo de maneira gratuita, que este recebe muito mais do que doou (DOMENEGUETTI, 2001; WILSON; MUSICK, 1999).

Wilson e Musick (1999), Domenegueti (2001), Araújo (2008) Sapiro e Mattiello (2016) afirmam que o retorno que um voluntário recebe é muito satisfatório no sentido de melhoria da autoestima e imagem pessoal, já que gera prazer no indivíduo em servir outras pessoas, diminuindo tristeza, depressão e estresse, doenças da modernidade. Neste mesmo sentido, ocorre também uma repaginação de valores, a qual gera saúde e felicidade, fazendo com que o voluntário viva mais.

Giacomini-Filho e Almeida (2016) afirmam que os elementos do conceito de voluntariado são uma junção de identificação, prazer na realização do trabalho, altruísmo, relações sociais, disponibilidade e interesse.

Percebeu-se que o sentido desta atividade passou por transformações caminhando de um polo inicial relacionado quase que exclusivamente à caridade religiosa e doação assistencialista, quando possuía um sentido de obrigação; evoluindo para uma nova direção de postura cidadã e solidária no sentido de busca por um resultado social dentro de uma relação dialética entre quem doa e quem recebe a doação. No entanto, é preciso salientar que essas duas concepções (assistencialista e emancipatória) ainda convivem e coexistem mutuamente.

Não existiu exclusão de uma em detrimento da outra. Ambas refletem uma iniciativa particular, espontânea, porém, vinculada ao comprometimento moral e ao sentimento de obrigação com a sociedade, denotando uma concepção do engajamento voluntário, sendo uma tendência contemporânea pautada em discursos garantidores dos direitos dos cidadãos. (CUNHA, 2010; DOMENEGUETTI, 2001; SAPIRO; MATTIELLO, 2016).

Cabe aqui uma reflexão quanto a esta suposta evolução e mudança de sentido do voluntariado e do cidadão voluntário, posto que a mudança ocorrida foi mínima, já que tanto o voluntário quanto o trabalho que ele realiza se transmudam em uma única ação. O que efetivamente mudou foi o discurso em torno do tema, que anteriormente, era percebido sob o mantra da caridade e atualmente se desvela sob o signo de uma participação social cidadã.

Os propósitos neoliberais trouxeram consigo a invenção de que o voluntariado ligado à caridade é “antigo” e com isso o coloriram com uma roupagem negativa. Nesse compasso, foi inventada uma nova imagem, designada de mais moderna, considerando-se a participação e engajamento social. Tal perspectiva é útil aos propósitos neoliberais de redução do Estado, por exemplo, quando justamente se cria essa nova forma de percepção do trabalho voluntário. Na verdade, a mudança ocorrida no voluntariado não passa de um discurso apenas, muito direcionado aos interesses do grande capital e da ideologia neoliberal.

Alguns fatos ocorridos nas décadas de 80 e 90 como, por exemplo, a redemocratização do Brasil e a influência do neoliberalismo² como uma concepção política e econômica, que influenciaram o cenário nacional a respeito do tema objeto deste estudo, são vistos por alguns autores sob um olhar crítico. Para estes autores, esse período contribuiu para a expansão de um voluntariado individualista e de caráter assistencial (ARAÚJO, 2008; FONTES, 2010, GIACOMINI-FILHO, 2016; MONTAÑO, 2010; SAMUEL, 2016). Nesse caminho, é preciso salientar que exercer a cidadania por meio do trabalho voluntário é uma questão polêmica e divergente, já que se vincula à atuação das ONGs e à perspectiva crítica quanto à intenção do Estado de passar responsabilidades para a sociedade (ARAÚJO, 2008, MONTAÑO, 2010; VIOLIN, 2008). Nesse mesmo sentido, Nunes (2009) informa a importância de se alertar para

² Neoliberalismo é uma concepção ideológica. Segundo Harvey (2008, p.12) “o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar-humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a estas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais (*sic*) requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício”.

Conforme Carneiro (2016), o neoliberalismo possui duas premissas básicas, quais sejam: o controle da inflação e a disciplina fiscal e com redução de gastos sociais. Consequentemente, a existência do Estado Mínimo.

o uso do termo ONG em organizações sociais sem ligação com a sociedade civil, atendendo interesses privados.

Outros autores tais como Araújo (2008), Montañó (2010), Cunha (2010), Gaspar (2010) e Fontes (2012) advogam essa perspectiva crítico-reflexiva afirmando que o Estado, vestindo essa roupagem neoliberal e desregulamentadora, se coaduna com os interesses do grande capital. Nesse contexto, o voluntariado sofre com influências políticas. E, ainda, a inclusão das parcerias com as ONG'S pode ocorrer sob a submissão às ações fragmentárias endereçadas a interesses outros que não sejam os direitos sociais.

Segundo Samuel (2016), a atividade voluntária foi sendo, ao longo do tempo, cooptada de maneira política. Andrade (2015, p. 48) menciona as contradições da sociedade capitalista, afirmando que:

A hipertrofia de um (novo) voluntariado faz parte de uma investida a favor do desmonte dos direitos sociais universais, acoplada a uma operação ideológica que transforma esses direitos em benefícios eventuais e os sujeitos de direitos em súditos, dependentes de eventuais favores de solidariedade.

Dessa forma, Montañó (2010) propõe um repensar sobre a questão social e o denominado terceiro setor³, abordando críticas no sentido de desmistificá-lo, orientando que na verdade, essa discussão está inserida nos ditames da reestruturação do grande capital, por meio, por exemplo, da flexibilização das relações de trabalho, afastando o Estado das responsabilidades sociais. Afirma o autor que:

Com o conceito de terceiro setor, criaram-se leis para “organizações sociais”, para a filantropia empresarial”, para o serviço voluntário e outras atividades. Esse Terceiro Setor está na verdade perpetuando a miséria e exclusão social, onde as Organizações do Terceiro Setor (que pretendem substituir a sociedade) apenas e tão somente reforçam a pobreza e indulgência, reforçando um assistencialismo há muito defasado e sendo absolutamente funcionais e obedientes ao capital, destruindo a cidadania focada nos direitos sociais conquistados a duras penas (MONTAÑO, 2010, p. 47/48).

Nessa perspectiva crítica, Santos (2013) salienta que o valor da autonomia dos processos sociais e políticos nacionais é eliminado e rechaçado, sendo subjugados aos

³ Terceiro Setor: Inicialmente, cumpre-nos trazer à baila a dificuldade conceitual que o termo terceiro setor retrata considerando a grande diversidade de instituições que fazem parte do mesmo e a grande diversidade de natureza jurídica de tais instituições, incluindo diversos tipos de organizações e diversos marcos teóricos. Afirma Alves (2002) que o termo terceiro setor “é um termo guarda-chuva”, por englobar diversos tipos de instituições. Segundo Domenegueti (2001, p. 19), o Terceiro Setor significa: “Setor sem fins lucrativos, referindo-se às organizações que cuidam de problemas ligados à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, abuso de álcool e drogas, sindicatos, museus etc”, que cria capital social (composto de voluntários) e empregos sem fins lucrativos, referindo-se às organizações que cuidam de problemas ligados à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, abuso de álcool e drogas, sindicatos, museus etc”, que cria capital social (composto de voluntários) e empregos.

interesses do capitalismo. Fontes (2010) é firme em sua crítica quanto ao terceiro setor e tudo o que engloba este termo, afirmando que na verdade ocorre uma mercantilização da filantropia, sobretudo no que diz respeito ao voluntariado, onde consolida-se uma subalternização direta da força de trabalho, subordinada à dinâmica da reprodução da vida social sob o capital-imperialismo. Afirma esta autora:

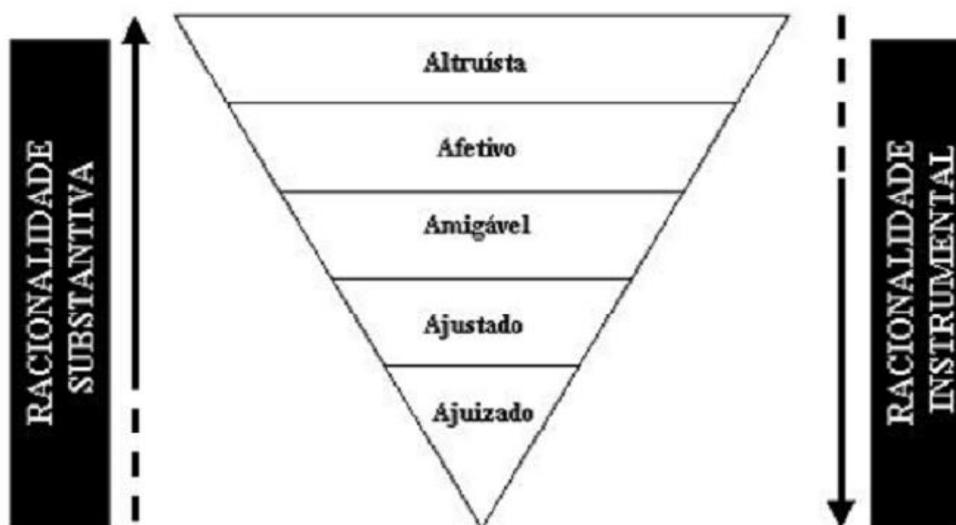
As ONGs trazem um novo formato social para as relações de trabalho: mão de obra desprovida de direitos e da própria identidade operária. Outro exemplo sobre essa massiva transformação de força de trabalho de novo tipo é o voluntariado, configurando um exército de trabalhadores (FONTES, 2010, p. 292).

Em suma, Fontes (2010) salienta que na verdade, esse termo vago, impreciso, se traduz em uma “etiqueta elástica”, onde ocorre um gotejamento de migalhas, ou melhor, a generalização da política de conta gotas, que mantém o sobre trabalho e as formas tradicionais de exploração. Seguindo este entendimento, afirmam Caldana e Figueiredo (2008, p. 478) que “o voluntariado gera valor para o sistema metabólico do capital”.

Há também outra vertente que analisa a motivação dos indivíduos para a realização dessa atividade. Tais estudos, realizados por Souza e Medeiros (2012) e Cavalcante et al (2012) trazem um posicionamento reflexivo crítico no sentido de que muitas vezes as motivações dos indivíduos que prestam este tipo de trabalho são derivadas de forças internas egoístas e de interesse próprio, desvirtuando a essência substantiva da atividade. Nesse compasso, criaram um modelo denominado a hierarquia dos 5As, onde demonstram que as motivações de alguns indivíduos não refletem na verdade uma racionalidade substantiva, baseada em valores, mas em uma racionalidade puramente instrumental e racional (SERVA, 1997).

Conforme Figura 2 a seguir, é possível perceber a vinculação às racionalidades:

Figura 2 – Hierarquia dos 5A's



Fonte: Souza e Medeiros (2012, p. 98).

Estes autores desenvolveram o modelo acima transcrito, o qual traz uma espécie de hierarquia dos valores que impulsionam o trabalho voluntário. É a hierarquia dos 5A's, que tem, em seu topo, o altruísmo, seguido sequencialmente pela afetividade, amizade, ajustamento e ajuizamento. Correlacionando os motivos apontados como preponderantes para o trabalho voluntário com a racionalidade substantiva e instrumental, conforme apresentadas por Serva (1997), verifica-se maior ou menor afinação com a racionalidade substantiva, conforme se modifica a origem da motivação: se do “eu” do indivíduo, de sua vontade de se relacionar e envolver-se com o próximo, conforme o nível pretendido – máximo no altruísmo, médio no amigável, e mínimo no ajuizado –, ou se de sua relação com a sociedade, com os valores por ela disseminados, e com a imagem que o próprio indivíduo ou o meio social no qual ele se vê insere tem dele e de seu agir – aqui, inverte-se: máximo no ajuizado, médio no amigável, e mínimo no altruísta (SOUZA; MEDEIROS, 2012).

Estes autores definiram os constructos altruísta, afetivo, amigável, ajustado e ajuizado. Nesse contexto, altruísta é o voluntário que possui noção pessoal de auto sacrifício. O afetivo reflete sentimento de auxílio a indivíduos em condições de exclusão, fornecendo apoio a estes indivíduos como meio de cidadania. Já o amigável está ligado ao bem estar social e uma maneira amistosa de ajuda, onde o voluntário compartilha algo próprio. O ajustado promove a percepção de que o voluntário ajuda a si mesmo e ao indivíduo que está recebendo sua ajuda. E, por fim, o ajuizado reúne sensação de privilégios, de status e de proteção com interesse próprio de auto imagem e promoção pessoal (SOUZA ; MEDEIROS, 2012). No intuito de se

alcançar um apanhado sobre os conceitos e pontos de vista sobre o trabalho voluntário, percebe-se a necessidade de resumi-los no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Resumo dos conceitos de voluntariado

LINHA CONCEITUAL	ASPECTOS PRINCIPAIS DO CONCEITO
DEFINIÇÕES	
Lei 9680/98	Atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade de qualquer natureza, ou a instituição privada sem fins lucrativos, objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, mutualidade.
Fundação Abrinq (1995, apud Domeneguetti, 2001, p. 79)	Ator social e agente de transformação, serviços não remunerados, doa tempo e conhecimento em benefício da comunidade e em benefício próprio também.
Samuel (2016)	Voluntariado como uma conjugação de conceitos práticos (não remuneração, gratuidade e cidadania) com elementos simbólicos (solidariedade e reciprocidade).
Centro de Voluntariado de São Paulo (2011)	Doação de tempo, trabalho e talento em causas de interesse social e da melhora da vida comunitária.
Fontes (2010)	O voluntariado como mercantilização da filantropia.
IBGE (2018)	Trabalho não compulsório, sem que se receba nenhuma remuneração em dinheiro ou benefícios, realizado por pelos menos uma hora por semana, sendo necessário que esse tipo de trabalho produza bens ou serviços para terceiros.
CARACTERÍSTICAS	
Araújo (2008)	Agente Social Voluntário Doador.
França Filho e Salazar (2006)	Teoria da Dádiva, relação menos utilitária; aspectos anteriores e subjetivos, relações com significado, vínculos sociais.
Dal Rio (2004)	Dimensão política e solidária, cidadania e solidariedade social.
Caldana e Figueiredo (2008)	Construção de Subjetividade, relação de ajuda, troca de experiências, formação de identidade social.
Domeneguetti (2001)	Pentágono: amor, caridade, cidadania, ação e resultados.
Wilson e Musick (1999); Sapiro e Mattiello (2016)	Benefícios mútuos, inclusive na saúde, aumentando a qualidade do sono, melhora a ansiedade, promove o envolvimento humano.
Souza e Medeiros (2012)	Motivos para a realização do trabalho voluntário: Hierarquia dos 5 A's: altruísta, afetivo, amigável, ajustado, ajuizado.
Araújo (2008), Fontes (2010), Montañó (2010)	Voluntariado individualista e assistencial.
Samuel (2016)	A atividade foi sendo cooptada ao longo do tempo de maneira política.
ONU, Portal dos Voluntários, Rede Brasil Voluntários (2011), Cavalcante (2012)	Praticado por vontade própria, benefícios mútuos para quem recebe e quem executa, não precisa ser habitual, sem retorno financeiro.
Giacomini-Filho e Almeida (2016)	Novo Voluntariado independente e coletivo doa tempo sem remuneração, satisfação mútua e coletiva, emergência da sociedade civil.

Fonte: Elaboração própria

Nesse caminho, percebe-se que a variedade de conceitos, tendências e perspectivas acerca do trabalho voluntário, anteriormente estudados, remete-nos a questões, como por exemplo, a noção de solidariedade, bem como, os diversos aspectos e características sobre a atividade voluntária demonstrados pelos autores em seus estudos.

Neste sentido, enquanto alguns autores destacam os aspectos relacionados à definição da atividade, tais como, a solidariedade, cidadania e interesse social, outros enfatizam aspectos ligados às características do trabalho voluntário, como, por exemplo, a não remuneração e mutualidade. Todas estas perspectivas e o conhecimento destes múltiplos olhares são relevantes para este estudo já que contribuem para uma visão holística, ou seja, mais ampla sobre o tema, fugindo assim de uma imagem estereotipada. E, ainda, contribuem para um mapeamento mais adequado e condizente das representações sociais da associação, refletindo melhor a realidade do trabalho lá desenvolvido.

Dando continuidade ao presente trabalho, passa-se a um breve percurso histórico do voluntariado no Brasil, o que será exposto na próxima seção.

2.2 O PERCURSO HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

Tendo em vista que a compreensão do trabalho voluntário e dos programas de voluntariado no país perpassa pelo necessário entendimento das ações de assistência social no Brasil, será abordada a criação dos programas assistenciais no período de 1942 até 1995 (ARAÚJO, 2008; CUNHA, 2010; DAL RIO, 2004). Para Dal Rio (2004), o tema foi inicialmente relacionado, em uma perspectiva histórica, com instituições religiosas e com a benemerência de mulheres ricas, sendo que as manifestações de caráter religioso sempre existiram no país no decorrer de todo o percurso histórico. O voluntariado no Brasil teve início no ano de 1543, em virtude da criação da primeira Santa Casa de Misericórdia em São Vicente, demonstrando uma associação do voluntariado à religiosidade, quando as Santas Casas eram administradas pelos padres (ANDRADE, 2011; CAMARGOS, 2008; CAVALCANTE, 2012; DOMENEGUETTI, 2001; NUNES, 2009; SAMUEL, 2016).

Em 1910, os conceitos dos escotismos chegam ao Brasil, trazendo o princípio do servir, o qual foi incorporado à sociedade brasileira. Após, em 1930 surgem algumas políticas assistencialistas e em 1935 o governo de Getúlio Vargas sanciona a lei da Declaração de Utilidade Pública regulamentando a colaboração do Estado com as Instituições Filantrópicas.

Em 1942 é criada a Legião Brasileira da Assistência (LBA), instituição filantrópica fundada, inicialmente, com o objetivo de auxiliar as famílias de soldados brasileiros enviados para a segunda guerra mundial. Era presidida pelas primeiras damas e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (CAVALCANTE, 2012; DOMENEGUETTI, 2001; SAMUEL, 2016; SILVA, 2011).

Segundo Araújo:

A LBA caracterizava-se como uma entidade de filantropia laica pela sua origem, mas sedimentada em princípios humanitários, do amor ao próximo, no sentido da caridade e benemerência, assemelhando-se às entidades filantrópicas confessionais, que, apesar de serem de caráter privado, também tinham uma função pública como a LBA, de prestação pública de assistência social (ARAÚJO, 2008, p. 195).

O primeiro programa de voluntariado do Brasil se deu em 1942, denominado Programa de Voluntariado, época em que o país participou da Segunda Grande Guerra Mundial. Segundo Araújo (2008, p. 74) “esse programa perpassou décadas com avanços e retrocessos em seu desenvolvimento. Foi remodelado em 1978 e reimplantado em 1979, sob a denominação de Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV/LBA)”.

Para Araújo (2008), o primeiro programa de voluntariado nasceu da necessidade do governo implementar programas sociais para suprir as demandas provenientes das transformações produtivas do país, onde ocorreu um fluxo migratório do campo para a cidade, gerando mudanças na estrutura da sociedade. Araújo salienta:

Numa perspectiva histórica, é importante destacar-se que a conjuntura política e econômica brasileira de 1940, dentre outras ações, definiu a implantação do primeiro Programa de Voluntariado, no ano de 1942, quando da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse conjunto de medidas prolongou-se por décadas, criando e consolidando, no País, a cultura do voluntariado, que tinha como fundamento o espírito da solidariedade social doadora (ARAÚJO, 2008, p. 187).

Já nas décadas de 1950 e 1960, com a emergência de novas questões sociais advindas das mudanças da estrutura da sociedade e as transformações produtivas no Brasil, nasceram as primeiras organizações sociais e Corpos de Voluntários, denominados da “era damista” do voluntariado nacional porque surgiu a partir do assistencialismo do Estado, da igreja e das elites dos países (DAMIÃO, 2014). Domenegueti (2001) e Silva (2011) afirmam que esse período foi a gênese das formas contemporâneas de organização social porque trouxe novos conceitos ao ato de servir.

Em 1970, com o intuito de fomentar o desenvolvimento no país, a comunidade internacional incentivou o surgimento de ONGs no Brasil, as quais possuíram um caráter vinculado inicialmente ao discurso da esquerda. Porém, a ideia mais atual das ONGs está

vinculada com a transformação de seu conceito inicial, sendo vistas hodiernamente como “conjunto de organizações da sociedade civil que distinguem-se do Estado e do Mercado” (DOMENEGUETTI, 2001, p.108).

Posteriormente, foi implementado o segundo Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV/LBA), em 1979, inspirado no anterior e também baseado na solidariedade social doadora. Nessa época a crise econômica foi intensificada. O PRONAV/LBA, assim como o primeiro programa, perdurou longamente, de 1979 a 1995, ano em que o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a LBA e criou o Programa Comunidade Solidária. (ARAÚJO, 2008; CUNHA, 2010; DAL RIO, 2004).

Este último é um programa de combate à fome inspirado na Campanha de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, criada pelo sociólogo Herbert de Souza. Conhecido como Betinho, o sociólogo fundou a Ação da Cidadania contra a fome e a miséria em 1993 a partir do movimento pela ética na política, em ajuda à enorme parcela de brasileiros que se encontravam abaixo da linha da pobreza. Seu objetivo era de mobilizar a sociedade brasileira para solucionar questões da fome e miséria, trabalhando em estímulo à participação cidadã para construir melhores políticas públicas sociais (DAL RIO, 2004; DOMENEGUETTI, 2001). Assim como os programas anteriores, utilizou-se do agente social voluntário, segundo a solidariedade social cidadã. (ARAÚJO, 2008; CUNHA, 2010).

Nesse caminho, a participação das instituições sem fins lucrativos na sociedade brasileira, originado no final do século XIX, deu início à atividade assistencial básica e orientada por valores atrelados às religiões tradicionais caritativas. Já na década de 90 houve um crescimento no número de ONGs e na sua visibilidade, onde o movimento voluntário veio ganhando novo formato, concebido como participação cidadã na perspectiva da solidariedade (SAMUEL, 2016). É importante mencionar também que a ONU, desde 1985, instituiu o dia 05 de dezembro como o Dia Internacional do Voluntariado, o qual, no Brasil, ocorre no dia 28 de agosto, de acordo com a Lei 7.352/85.

Assim, a década de 90 reflete o voluntariado, através das ONGs, como um componente importante na intervenção e solução de problemas sociais, dividindo com o Estado e a Sociedade Civil a responsabilidade de uma atitude mais participativa direcionada ao bem público (CUNHA, 2010; SAMUEL, 2016). Segundo o Instituto Brasil Voluntário (2014), a década de 90 abriu as portas para esse novo voluntariado que superou o anterior considerando um cidadão valorativo, participativo e solidário, que trabalha em benefício do interesse social.

Dessa forma, a década de 1990, refletiu novas maneiras de intervenção social que foram criadas, incorporando os conceitos advindos da Reforma do Estado, como eficiência e gerencialismo, ligados ao setor privado, às entidades do denominado terceiro setor. Centros de referência foram criados cujo objetivo era organizar e direcionar o trabalho voluntário, capacitando-o (RAMOS; DOMINGUES, 2016). Em 1996 foi criado o Programa de Estímulo ao trabalho Voluntário no Brasil e a Rede de Núcleos de Voluntários, fato que contribuiu para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso promulgasse em 1998 a Lei 9.608, denominada Lei do Voluntariado, reconhecendo e regulamentando esse tipo de atividade (CUNHA, 2010; SILVA, 2011).

No cenário internacional, quando a publicidade da atividade voluntária aumentou, a Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução A/Res/52117 de 1997, declarou o ano de 2001 como o “Ano Internacional do Voluntariado” em decorrência do forte movimento ocorrido à época, denotando reconhecimento e valorização do trabalho voluntário (DIAS; PALASSI, 2007).

A Rede Brasil Voluntário e o Programa de Voluntários das Nações Unidas (PVNU) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) comemorou a “Década do Voluntariado” (AIV + 10) por meio da Conferência Internacional do Voluntariado, ocorrida em dezembro de 2011, em São Paulo/SP, celebrando o décimo aniversário do ano internacional do voluntário, contribuindo para o avanço das reflexões sobre os impactos deste tipo de trabalho no Brasil (REDE BRASIL VOLUNTÁRIO, 2011).

A fim de facilitar o entendimento do histórico do voluntariado no Brasil, apresentar-se-á a seguir, no Quadro 2, eventos históricos dispostos cronologicamente:

Quadro 2 – Evolução do Voluntariado no Brasil

(Continua)

1543 – Fundada na Vila de Santos, a Santa Casa de Misericórdia.
1863 – Surge o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.
1908 – A Cruz Vermelha chega ao Brasil
1910 – O escotismo estabelece-se no Brasil, e tem por objetivo “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”.
1935 – É promulgada a Lei de Declaração de Utilidade Pública, com o objetivo de regular a colaboração do Estado com as instituições filantrópicas.
1942 – É criada, por Getúlio Vargas, a Legião Brasileira de Assistência – LBA.
1961 – Surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
1967 – O governo cria o projeto Rondon

Quadro 2 – Evolução do Voluntariado no Brasil

(Conclusão)

1983 – É criada a pastoral da criança, para atuar no combate à mortalidade infantil
1990 – A iniciativa voluntária começa a buscar parcerias com a classe empresarial
1993 – O sociólogo Herbert de Souza, cria a Ação da Cidadania contra a miséria e pela vida
1995 – O Presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Comunidade Solidária.
1996 – Início da Organização das Centrais de Voluntariado no país.
1998 – É promulgada a Lei 9.608/98 - a Lei do Serviço Voluntário, que dispõe sobre as condições do exercício do trabalho voluntário e estabelece o termo de adesão.
1999- É promulgada a Lei 9.790 -a Lei do Terceiro Setor, que qualifica as organizações da sociedade civil de direito público.
2001 – Proclamado pela ONU o Ano Internacional do Voluntário.

Fonte: Adaptado de Domenegueti (2001) e Cavalcante (2012)

2.3 O VOLUNTÁRIO NO BRASIL: NÚMEROS E PERFIL

Na presente seção serão abordadas as principais características do perfil sociodemográfico dos voluntários no Brasil. Para tanto, foram utilizados dados da PNAD (2011, 2012 e 2013) a fim de se perceber um panorama a respeito do cenário atual desta atividade conforme Tabela 1.

Segundo a PNAD (2011, 2012, 2013), a representação do grupo Não Remunerado em relação aos demais indivíduos que desenvolvem algum tipo de trabalho no país, caiu de 3% em 2011 para 2,2% em 2013, representando, em números absolutos, uma queda de mais de 600 mil pessoas nesse grupo. Outra característica desse grupo é a presença feminina que em média corresponde à 65% desses trabalhadores, sendo que a maioria se encontra na região Nordeste do Brasil.

De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), a partir de 1990, o trabalho não remunerado foi dividido em duas categorias: Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e Outro trabalhador não remunerado. A primeira categoria trata de pessoas que trabalham sem remuneração, durante pelo menos uma hora por semana com objetivo de colaborar com algum membro da unidade domiciliar, por exemplo, de maneira cooperativa em atividades da agricultura, silvicultura, pecuária entre outras, além de empregados na produção de bens primários, por conta própria ou empregador. Já a segunda

categoria Outro trabalhador não remunerado, estaria mais de acordo com a proposta de voluntário desta pesquisa, pois representa as pessoas que trabalham sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo (PNAD, 2015; IBGE, 2017).

Tabela 1 – Trabalho não remunerado no Brasil de 2011 a 2013

		2011		2012		2013	
		Números absolutos (1.000 pessoas)	(%)	Números absolutos (1.000 pessoas)	(%)	Números absolutos (1.000 pessoas)	(%)
Total		2737	100%	2547	100%	2127	100%
Brasil	Homens	969	35%	945	37%	742	35%
	Mulheres	1768	65%	1602	63%	1385	65%
Total		471	17%	461	18%	361	17%
Norte	Homens	206	8%	188	7%	150	7%
	Mulheres	266	10%	273	11%	211	10%
Total		1041	38%	1010	40%	778	37%
Nordeste	Homens	402	15%	449	18%	314	15%
	Mulheres	639	23%	561	22%	464	22%
Total		563	21%	508	20%	445	21%
Sudeste	Homens	185	7%	146	6%	127	6%
	Mulheres	378	14%	362	14%	318	15%
Total		549	20%	473	19%	454	21%
Sul	Homens	140	5%	130	5%	117	6%
	Mulheres	410	15%	343	13%	313	15%
Total		113	4,1%	94	3,7%	89	4,2%
Centro-oeste	Homens	38	1,4%	32	1,3%	33	1,6%
	Mulheres	75	2,7%	62	2,4%	56	2,6%

Fonte: Elaborado a partir de PNAD (2011, 2012, 2013)

Salienta-se que no ano de 2011, entre os dias 8 a 12 de dezembro, o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) realizou uma pesquisa com mais de duas mil pessoas sobre o voluntariado no Brasil, concluindo que os voluntários representam 18% da população

brasileira. Um índice baixo, em relação à percentagem mundial, com cerca de 37%, (IBOPE, 2012).

Com o objetivo de analisar o cenário do voluntariado no Brasil, em comemoração à década do Voluntariado, a Rede Brasil Voluntário encomendou essa pesquisa ao IBOPE (2012), que a realizou em duas etapas. Na primeira etapa, em junho de 2011, o instituto buscou conhecer a participação da população nas ações do voluntariado, bem como, serviu de base como critério para a seleção da segunda fase da pesquisa (IBOPE, 2012).

Na fase inicial foram entrevistadas duas mil pessoas e posteriormente, na segunda fase, ocorrida em novembro de 2011, 1.550 pessoas, considerando apenas os voluntários que realizam atividade na época da pesquisa. A partir disso, foi possível observar que um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos – cerca de 35 milhões de pessoas – faz ou já fez trabalho voluntário. Destes, 11% exerciam atividade voluntária na época da pesquisa e 14% não exerciam a atividade. Essa pesquisa também constatou que a idade média dos voluntários foi de 39 anos, sendo a maioria (53%) de mulheres. Os estados civis predominantes foram de casados (47%) e de solteiros (42%).

Com relação à maternidade e paternidade e o nível social, a pesquisa concluiu que 62% dos voluntários têm filhos, bem como, que a classe social está dividida em 43% na classe C, 40% na classe A, e 17 % nas demais classes.

No que tange à escolaridade, 38% tem ensino médio completo ou superior incompleto e outros 20% tem ensino superior completo. Ao que se refere à ocupação profissional, 67% trabalham fora, divididos em 51% tempo integral e 16% meio período.

A pesquisa ainda concluiu que o serviço voluntário é exercido, em média, há 5 anos, considerando-se a frequência, sendo que as pessoas mais jovens exercem por menos tempo. Ainda segundo a frequência, 54% tem habitualidade e 46% não; sendo que a dedicação de tempo é de em média 4 a 6 horas por semana.

Já em 2014, a Fundação Itaú Social e o Instituto Datafolha com o intuito de perceber as concepções da população brasileira a respeito da atividade realizou um estudo, no qual foram entrevistados mais de duas mil pessoas no período de 9 a 12 de setembro de 2014. Quanto aos resultados desta última pesquisa, tem-se que 28% da população já realizou a atividade voluntária e 72% nunca participou. Dos 28% que realizou a atividade, 17% não participa mais e somente 11% permanece na atividade (DATAFOLHA, 2014).

Considerando-se os 28% que já realizaram a atividade voluntária no país, o perfil se dá da seguinte maneira:

- a) 51% são homens e 49% mulheres;

- b) 50% aproximadamente possui Ensino Superior completo;
- c) a faixa etária de quem presta o trabalho voluntário está entre 35 e 59 anos;
- d) 60% aproximadamente daqueles que já prestaram a atividade, sabem como buscar informações a respeito da mesma;
- e) os indivíduos mais jovens, com menor nível de escolaridade e classe social mais baixa são aqueles que nunca prestaram a atividade voluntária;
- f) os indivíduos com maior escolaridade, renda familiar e classe econômica são aqueles que mais atuam como voluntários.

Salienta-se que as duas pesquisas anteriormente mencionadas foram realizadas em um espaço de tempo relativamente curto, porém trazem dados relevantes ao entendimento do perfil do voluntário. Percebe-se que efetivamente o cenário passou por pequenas alterações. Por exemplo, em 2012, na pesquisa realizada pelo IBOPE, 53% eram mulheres (a maioria) e 47% homens. Já em 2014, na pesquisa realizada pelo DATAFOLHA, a maioria, qual seja, 51%, passou a ser homens e 49% mulheres. Houve, assim, apenas uma ligeira mudança nessa característica dos voluntários. Por outro lado, no que pertine a média de idade, foi fixada em torno de 39 anos pelo Ibope; e para o Instituto Datafolha, mais da metade dos indivíduos que praticam a atividade voluntária está na faixa etária entre 35 a 59 anos, uma faixa etária ampliada, se considerarmos a pesquisa anterior do IBOPE de 2012

É possível, ainda, em complemento à exemplificação citada acima, cotejar outros resultados das pesquisas pertinentes, por exemplo, às questões como da escolaridade e classe social dos voluntários. Isso porque segundo a pesquisa do IBOPE (2012) 38% dos indivíduos que realizavam a atividade voluntária no país tinha ensino médio completo ou superior incompleto e 20% possuíam ensino superior completo. Esse último número subiu para 50% na pesquisa realizada em 2014 pelo DATAFOLHA, demonstrando que a atividade voluntária aumentou entre os indivíduos com maior escolaridade.

A percepção quanto à classe social dos voluntários entrevistados também permanece bastante equilibrada. Segundo a pesquisa realizada em 2012 pelo IBOPE, 43% dos entrevistados pertenciam à classe C, 40% à classe A e 17% nas classes D e E. Já em 2014, a pesquisa do DATAFOLHA e Itaú Social concluiu que 2 em cada 5 voluntários pertenciam às classes A e B, denotando que existe maior atuação entre os indivíduos de melhor classe econômica.

Em todos os casos prevalece uma divisão muito equilibrada nos dados. Com isso, vislumbra-se que a atividade e o perfil dos voluntários ainda estão em uma fase de maturação,

sendo certo que futuras pesquisas irão contribuir para um melhor entendimento sobre o objeto deste estudo.

Nesse contexto, o estudo realizado por Soares (2014), autora que utilizou dados das Pnad's disponíveis no site do IBGE, trouxe conclusões a respeito do tema, vislumbrando, sobretudo, a necessidade de ampliação dos estudos sobre a atividade voluntária no país a fim de que se possa melhorar a apreensão dos dados e pesquisas da área. De acordo com esta autora, as pessoas com menores rendimentos potenciais vindo do trabalho possuem mais chance de se tornarem voluntários, dedicando mais horas ao trabalho voluntário, bem como, a escolaridade e a renda dos demais moradores do domicílio aumentam a propensão de oferta da atividade. E, ainda, considerando os homens, a renda não proveniente do trabalho contribui positivamente com a decisão de ofertar mais horas de trabalho voluntário. Entre as mulheres, a presença de crianças no domicílio está associada negativamente com a probabilidade de ofertar o trabalho voluntário.

Soares (2014) afirma que o número de mulheres que prestam a atividade voluntária é maior que o número de homens. Isso se justifica em virtude do fato de que os homens, ainda, são responsáveis pela manutenção da família, segundo a autora. Logo, no que pertine à renda, quanto maior a dependência da renda para sustento da família, menor será o índice de pessoas atuando na atividade. Essa assertiva é corroborada na pesquisa realizada pelo Datafolha (2014) onde muitos entrevistados afirmaram não poderem realizar serviços voluntários por motivo de necessitarem da remuneração para sustento próprio ou de sua família.

No mesmo sentido, Andrade (2011, 2015) entende que o quantitativo, maior ou menor de voluntários, revela mais uma característica relacionada à cidadania e participação social como um novo significado para esta atividade.

De acordo com o IBGE (2018) cerca de 6,5 milhões de pessoas fazem o trabalho voluntário no país, representando 3,9 % da população acima de 14 anos. Quatro em cada 100 pessoas realizaram algum trabalho voluntário em 2016 no país. Estes dados são da Pnad Contínua 2017 que utilizou a informação pelo módulo outras formas de trabalho. A Pnad contínua é a pesquisa que investiga esse tema e segundo a mesma, o trabalho voluntário é aquele não compulsório, sem que se receba nenhuma remuneração em dinheiro ou benefícios, realizado por pelo menos uma hora por semana, sendo necessário que esse tipo de trabalho produza bens ou serviços para terceiros (IBGE, 2018).

Apesar deste estudo específico do tema realizado pelo IBGE em 2017, percebe-se que outros estudos transversais sobre o voluntariado são de difícil interpretação com maior exatidão. Nesse caminho, salienta-se ainda que os estudos sobre o tema possuem uma linha

comum de embasamento teórico que se coadunam ao objeto de estudo desta dissertação, qual seja: o trabalho voluntário e suas representações.

A percepção estudada nos diversos artigos científicos e pesquisas sobre gestão, perfil dos voluntários, valores, motivações, símbolos, subjetividade, identificações do trabalho voluntário, dentre outros assuntos, nos leva a um campo de estudos ainda em desenvolvimento. Apreende-se, assim, a necessidade de maior compreensão acerca das representações sociais compartilhadas pelos voluntários.

3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERGE MOSCOVICI

O objetivo deste capítulo é tratar da Teoria das Representações Sociais (TRS), de Moscovici, apresentando suas origens, finalidades, funções e circunstâncias de produção, bem como, os conceitos e os seus processos formadores, tais como ancoragem e objetivação. Em seguida, apresenta-se a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais e um estudo sobre a atualidade do tema.

3.1 COMPREENDENDO A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma forma sociológica de Psicologia Social, a qual se difere das formas psicológicas existentes nos Estados Unidos. Teve origem na Europa com a publicação da obra, *La Psychanalyse: son image et son public*, de Moscovici (FARR, 2013; SÁ, 1996). Com essa obra, traduzida com o título *A Representação Social da Psicanálise* (1961), o autor buscou respostas para o entendimento do mundo em sua época, inaugurando a teoria com o estudo das representações sociais da psicanálise na sociedade Parisiense.

Moscovici (2015) buscou inspiração nos trabalhos de Durkheim, diferenciando o estudo das representações sociais, este baseado na psicologia, e o estudo das representações coletivas, baseado na sociologia. Moscovici propõe a noção de representações sociais em contraponto a de representações coletivas, objetivando captar seu caráter de transformação e não tomá-las como algo estático. Assim passa a tratar como fenômeno algo que antes era tomado como conceito. Tais representações podem se referir a uma variada gama de assuntos coletivos, em seu processo contínuo de construção e reconstrução. Nesse compasso, Arruda (2002) em seu estudo sobre representações sociais e teorias de gênero afirma que é esse o grande diferencial entre os conceitos de representações sociais e coletivas, ou seja, almejando direcionar a TRS para as questões sociais hodiernas que são baseadas em informações velozes e na sociedade de conhecimento a qual preza por um entendimento constante de tudo o que é novo.

Farr (2013) acredita que as representações sociais são uma forma de conhecimento própria das sociedades contemporâneas, as quais são complexas e multifacetadas,

caracterizadas por seu pluralismo e rapidez das mudanças econômicas, políticas e culturais, sendo uma forma de conhecimento atual (FARR, 2013).

Moscovici (2015) destaca as diferenças entre o fenômeno de representações sociais e o conceito de representações coletivas, de Durkheim. Deste último autor, Moscovici manteve a dimensão social do conhecimento (BENDASSOLLI, 2009). Duveen (2015) salienta que Moscovici se apoiou na dinâmica e diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas para diferenciar os conceitos de representações coletivas e sociais. Assim, criou a TRS trazendo a teoria como uma nova maneira de se pensar o universo coletivo. Segundo alguns autores, Moscovici remodela o conceito Durkheimiano, o qual era muito abrangente posto que abrigava diversos conceitos, tais como, crenças, mitos, religião; fato que o tornava pouco operacional (ARRUDA, 2002).

Explicando muito bem a distinção, Moscovici (2015, p. 49) afirma:

Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”.

Para Moscovici (2000, 2015), o conceito apresentado por Durkheim é estático em relação a como devemos compreender a sociedade contemporânea. Na perspectiva da psicologia social, as representações são dinâmicas, posto serem consideradas e estudadas em um contexto histórico, bem como, “por serem conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo” (SPINK, 2004, p. 8). A TRS considera as representações cheias de conteúdo social, orientado para o mundo social, almejando dar sentido às práticas sociais (SPINK, 2004).

A TRS visa à compreensão da realidade social sob uma perspectiva histórica e ao mesmo tempo crítica, abrindo um campo de pesquisas em psicologia social e nas ciências sociais como um todo. Como o próprio Moscovici afirma, “o fenômeno das representações sociais foi introduzido na psicologia social como uma inovação” (MOSCOVICI, 1988, p.211), tendo se tornado “uma das referências importantes no conjunto das orientações teóricas em psicologia social” (VALA, 1993, p. 887).

Em suma, como teoria, a TRS busca o estudo da relação entre o indivíduo e a sociedade, almejando a produção e construção do conhecimento, dentro de um enfoque social. Segundo Jodelet (1993), a TRS é uma forma de conhecimento prático que liga um sujeito a um objeto, denotando seu caráter social. Nesse percurso, verifica-se a existência de inúmeros

elementos, tais como a comunicação, que liga os indivíduos em suas relações interpessoais.

Conforme Moscovici (2015), o senso comum é a matéria prima da TRS, onde este senso comum busca entender as relações sociais atuais. Segundo o autor:

O senso comum é autônomo, podendo ser considerado um terceiro gênero do conhecimento. É uma ciência popular, existindo muitas ciências populares, como, por exemplo, a medicina popular, que oferece maravilhas para a cultura e comportamento dos grupos (MOSCOVICI, 2015, p. 322).

Assim, as representações sociais estão inseridas no universo de conhecimento do senso comum, muito próximas da realidade vivida pelos indivíduos. Segundo Jodelet (1993), o conhecimento “ingênuo”, do senso comum, é outro conhecimento, diferente do da ciência, mas que é válido para agir sobre o mundo. Dialogando com o pensamento de Jodelet (1993), Moscovici (2015) busca a reafirmação do senso comum, do conhecimento do cotidiano, o qual, conforme Berger e Luckmann é um conhecimento pré-teórico, atual e perfeitamente válido (BERGER; LUCKMANN, 2002)

A gênese das representações sociais está na conversação do senso comum, nos meios de comunicação baseados na linguagem, onde “o conhecimento penetra no mundo da conversação” (MOSCOVICI, 1978, p. 53). A sociedade está constantemente produzindo novas representações para dar sentido às interações humanas, as quais nascem de problemas diários das pessoas, estando ancoradas na vivência cotidiana. Nesse contexto, “a função da linguagem e das práticas de comunicação e de expressão, aparece cada vez com mais destaque, de forma mais significativa e constitui hoje uma importante fonte de pesquisa” (DEJOURS, 2008, p.78).

A psicologia social e, por conseguinte, a própria TRS busca compreender processos, fenômenos e práticas sociais complexos, para auxiliar no processo de conhecimento almejando a transformação e solução de problemas sociais. Tem como pressuposto teórico a concepção de sujeito como ser indissociável da sociedade e da história, vislumbrando um lugar ativo do indivíduo na construção dos significados coletivos (MOSCOVICI, 1978; VALA, 1993). Jodelet (1993) entende que a representação social traz consigo a característica do sujeito e de sua atividade, sendo uma expressão do mesmo.

No presente estudo, os voluntários, agindo com base em seu conhecimento empírico, no senso comum e experiências cotidianas, criam e compartilham representações sociais originárias de valores, atitudes, imagens, símbolos e conhecimentos construídos em conjunto. Essas representações circulam e são partilhadas como construções sociais. Segundo Jodelet (2007 apud SANTOS; ROSSO, 2012, p. 129) são “teorias espontâneas”, inseridas no contexto

social e organizacional do voluntariado, onde por meio da reconstrução almejam uma realidade dialética e consensual.

Como a representação social constitui um sistema de valores, ideias e práticas com a função de estabelecer uma ordem de significados para capacitar os indivíduos a se orientarem em seu mundo material e social e para dominá-lo, permite que ocorra a comunicação entre os membros de uma comunidade, proporcionando-lhes um código para o intercâmbio social a fim de classificar os vários aspectos de seu mundo e sua história. A utilização da TRS no estudo das concepções de voluntariado e do trabalho voluntário possibilita identificar quais os conteúdos do cotidiano orientam o comportamento social e o pensamento dos sujeitos em suas práticas diárias do trabalho voluntário, sendo que grande parte deste depende do pensamento já conhecido.

Dessa forma, o leitor é introduzido na compreensão do pensamento de Moscovici, a partir da ideia de que as representações são sustentadas pelas influências sociais da comunicação e enquanto realidades do nosso cotidiano, tornam-se o principal meio de interação social (DUVEEN, 2015, p. 8).

O trabalho sobre representações sociais de Moscovici é desenvolvido no contexto de um projeto de construção de uma psicologia social do conhecimento, que nunca é uma simples descrição ou cópia do estado de coisas, pois, “o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados” (DUVEEN, 2015, p. 8-9).

Neste sentido o que se aprende com tal conceito é que a produção do conhecimento há de ser sempre contextualizada, pois, ela se dá no espaço em que as pessoas interagem, e por isso mesmo refletem as circunstâncias e os interesses específicos dessas pessoas num dado espaço e num dado tempo. Essa constatação é significativa para se compreender o que interessa à psicologia social, ou seja, a compreensão dos processos que geram o conhecimento.

Nesse espaço de criação do saber, é certo que a TRS se tornou uma modalidade particular de conhecimento, já que somente pode ser considerado conhecimento aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, socialmente elaborado, pensado e interpretado; agindo sobre a realidade. Trata-se de conhecimento prático oposto ao científico, mas parecido com ele quanto à elaboração do conhecimento partindo de um conteúdo simbólico e prático (ALEXANDRE, 2004).

A TRS abrange os diferentes tipos de cognições coletivas, posto que existem padrões de apreensão do conhecimento, como através do senso comum ou sistemas de pensamento

coletivo, das sociedades ou grupos de pessoas, estando sempre relacionada aos objetos sociais, culturais e/ou simbólicos que constituem representações de alguma coisa. Quando as pessoas fazem referências aos objetos sociais, os classificam, explicam e os avaliam, é porque têm uma representação social desse objeto. A representação social, portanto, pode ser compreendida como uma teoria que sai “do plano abstrato e insere-se nos problemas concretos da sociedade, conforme são percebidos, vividos e, portanto, construídos pelos sujeitos sociais” (SPINK, 2004, p. 397).

Para Jodelet (1993) e Sá (1996) as representações sociais denotam um campo multidisciplinar de estudos em uma multiplicidade de relações. Segundo esta autora:

Esta multiplicidade de relações com disciplinas vizinhas confere ao tratamento psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela e articula diversos campos de pesquisa, exigindo, não uma justaposição mas uma real coordenação de seus pontos de vista. Nesta transversalidade reside sem dúvida uma das contribuições mais promissoras desse domínio de estudos (JODELET, 1993, p. 38).

Em suma, as representações sociais, de forma sintética, são constituídas pelo processo ativo de captação intelectual das variáveis de diferentes naturezas que perfazem o ambiente do indivíduo, mas que possuem a característica de não serem construídas individualmente, e sim, socialmente. Sem dúvida, o substrato último no qual elas atuam são os indivíduos, mas, pelo fato de o ser humano ser social, compartilhando o mundo com os demais, sempre haverá retornos sobre essa concepção inicialmente fundada sobre o mundo, de modo que elas se constituirão e se transformarão em grupo, socialmente. Tais representações permitem que os indivíduos tenham uma ideia sobre o mundo e possam nele atuar.

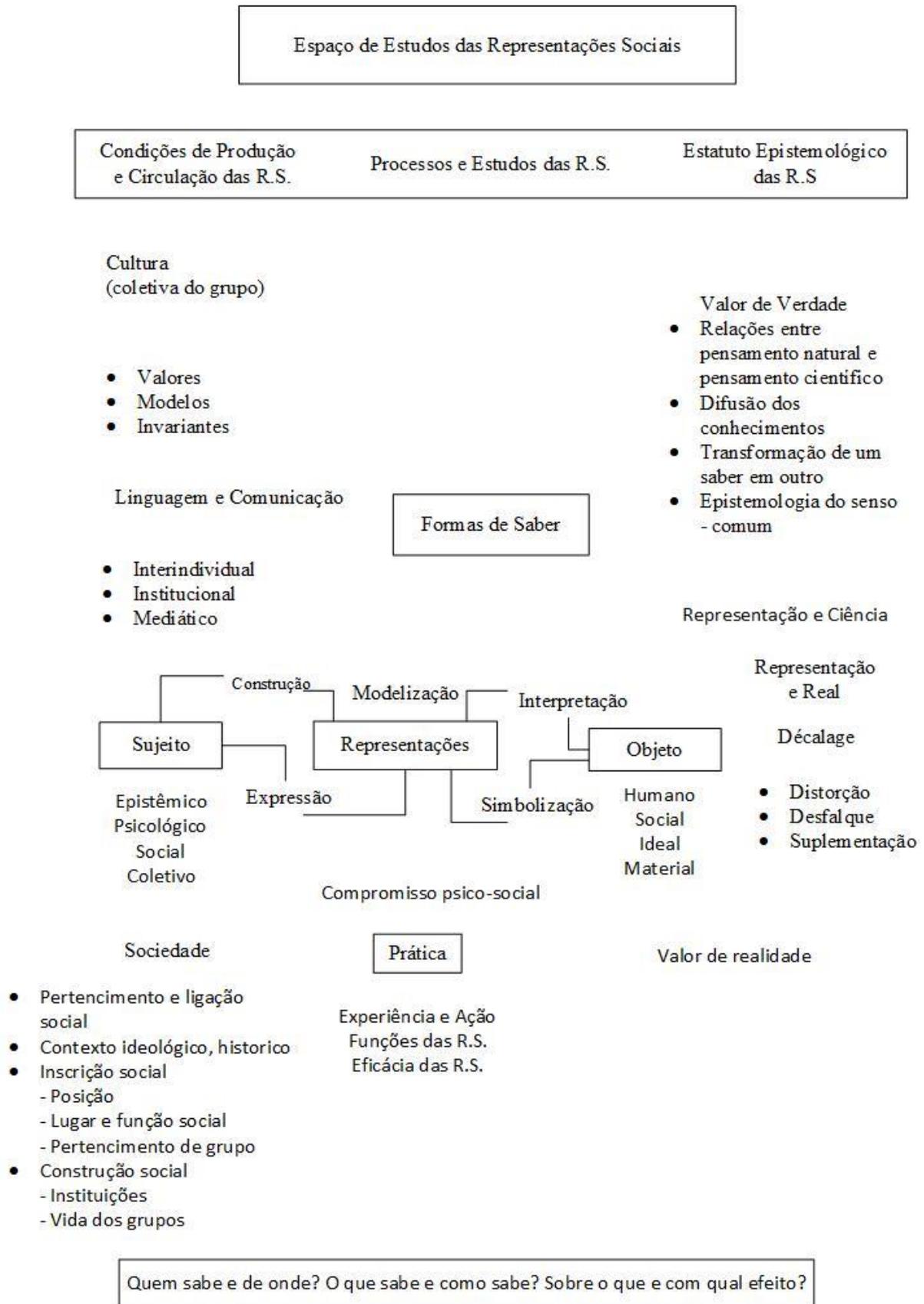
Nesse ínterim, as representações sociais constituem sistemas cognitivos em que é possível reconhecer a presença de opiniões, crenças, valores e normas que geralmente têm uma orientação atitudinal positiva ou negativa. Constituem-se, por sua vez, como sistemas de códigos, valores, lógicas classificatórias, princípios interpretativos e orientadores das práticas, que definem a consciência coletiva, que é regida com regras rigorosas em todo o mundo (UMAÑA, 2002).

Segundo Moscovici (2002), o aspecto social de uma representação provém de sua contribuição ao processo de formação das condutas e atitudes, e da orientação das comunicações sociais. As representações são sociais na medida em que facilitam, por sua vez, a produção de processos sociais. As comunicações sociais, por exemplo, dificilmente seriam possíveis se não se desenvolvessem no contexto de uma ampla série de representações compartilhadas. Na medida em que criam uma visão compartilhada da realidade e um

referencial comum, as representações sociais possibilitam, por exemplo, o processo das conversações cotidianas. Neste sentido, as conversações podem ser definidas como o lugar onde as pessoas, munidas de esquemas interpretativos adquiridos socialmente, constroem e negociam o sentido da interação.

Pensando na forma como a representação social existe na realidade, ela relaciona um sujeito a um objeto que está sendo ressignificado, por exemplo. Dentre alguns autores (GUARESCHI, 2013; SÁ, 2004; SPINK, 2003) o conceito de Jodelet (1993) é considerado como sendo o mais apropriado. Esta autora conceitua representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1993, p. 36). Caracteriza a representação como uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto, conforme o esquema presente na Figura 3 a seguir (JODELET, 1993).

Figura 3 – O campo de estudos da representação social



Fonte: Spink (2013, p. 96) e Jodelet (1993)

Caracterizar o campo de atuação das representações sociais não é uma tarefa das mais fáceis. Contudo, Jodelet (1993) explica o campo de estudos de representação social de maneira bastante clara, considerando a cognição como algo social. O esquema acima é mais amplo porque considera aspectos anteriores ao sujeito e que o influenciam, quando este está “ligado” em uma representação social. Antes do sujeito, existe uma influência cultural, do grupo onde este sujeito está inserido, incluindo valores, modelos, cultura, e outras invariantes. Esse grupo social já utiliza de uma linguagem específica de comunicação, onde as características do grupo devem ser levadas em consideração. Este sujeito passa por influência institucional, religiosa, familiar e midiática, por exemplo. São influências que o próprio indivíduo sofre, são questões que vem antes da gênese das representações sociais. Daí, o aspecto da primeira pergunta no esquema da autora: Quem sabe e de onde sabe?

Depois a segunda pergunta: O quê sabe e como sabe? Faz parte do centro do esquema, o quê sabe é o seu conhecimento prático. Como sabe, é a representação que liga o sujeito ao objeto. E por fim, a terceira pergunta: sobre o que sabe e com qual efeito? Aqui, ela estuda a relação entre o senso comum e o científico e com isso os efeitos das representações no sentido de que se descubra se o senso comum está desfalcando, distorcendo ou suplementando a realidade. Porque a representação não é a realidade em si, mas uma representação da realidade. O sujeito constrói uma representação ou seja, um modelo, uma modelização, para interpretar o objeto. E ele expressa/materializa essa representação por meio de um símbolo, simbolizando o objeto.

No esquema desta autora, a “forma de saber” está de fora do esquema porque o sujeito constrói um modelo para interpretar um objeto, no nível do abstrato porque está na cognição da pessoa. Por isso que a autora denomina de formas de saber, já que a representação é um meio de interpretar o objeto, mas também pode ser a interpretação em si. Sendo a representação a própria interpretação, ela é um produto da interação, sendo tanto o meio quanto o fim último da relação social. Nesse caso, é vista como um processo. A representação como sendo a interpretação em si, seria já o produto da interação. No entanto, em muitas vezes, ela é mais um meio para a interpretação do objeto (JODELET, 1993).

Depois dos efeitos e eficácia da representação, contidos na última pergunta do esquema da autora, vai se formar outra representação, diferente da inicial. A partir de então, a representação passa a ter os dois papéis (meio e fim). Assim, conclui-se que a teoria é limitada diante da realidade. Porque a representação não é só um meio de representar o objeto, sendo produto de outro processo anterior, de uma relação entre sujeito e objeto anterior. Em

sendo assim, uma nova representação que nasce pode ser meio para a interpretação de um novo objeto e assim sucessivamente, nascendo outra representação diferente.

Os efeitos da representação social criada podem ser três: distorção, disfunção e suplementação, onde a realidade é muito complexa. Devemos nos aproximar o mais que pudermos para conhecê-la melhor. Ou seja, para se conhecer a realidade, tentando ser ao máximo fiel a esta realidade, é preciso usar da ciência e do pensamento científico.

As três perguntas mencionadas pela autora em seu estudo possuem o objetivo de chamar atenção para comunicação e integração. Posto que quando se percebe uma representação, a autora ao falar da Aids, menciona um pouco da origem ou do histórico daquela crença, afirmando que “essas representações inscrevem-se nos quadros dos pensamentos pré-existentes, engajam uma moral social” (JODELET, 1993, p. 3). Afirma ainda esta autora:

Assim, duas representações, uma moral e outra biológica, constroem-se para acolher um elemento novo – e veremos que se trata de uma função cognitiva importante da representação social. Estas se instalam sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular – e veremos que se trata de um processo central na elaboração representativa. São ligadas a sistema de pensamento mais amplo, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo (JODELET, 1993, p. 4, grifo do autor).

As instâncias e as ligações institucionais, as redes de comunicação midiáticas e as redes informais, abrem os processos de influência e até de manipulação, construindo versões da realidade, ou seja, representações. Essas concepções pertencentes a um determinado grupo são guias para as ações e trocas cotidianas refletindo as funções e a dinâmica das representações.

O centro da investigação científica busca a totalidade significativa relacionada à ação, onde existem várias fontes de informação acerca das representações, constituindo em elementos diversos, os quais se pode estudar isoladamente. Assim, são sistemas de interpretação que regem a relação entre as pessoas e entre estas e o mundo e que guiam e orientam as condutas e as comunicações sociais, onde intervém os processos de difusão e assimilação do conhecimento; tanto em âmbito individual e coletivo. Reflete, ainda, na constituição das identidades pessoais e sociais e na expressão dos grupos em busca de transformações sociais (JODELET, 1993).

Afirma a autora que a representação social sendo um fenômeno cognitivo, associa o pertencimento do indivíduo a um grupo, a implicações normativas e afetivas; interiorização de experiências e práticas; modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados e

transmitidos, ligando indivíduo e grupo. Podem ser vistas ainda como produto e processo “de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade” (JODELET, 1993, p. 5). Fundamentalmente, requer um objeto, posto que não há representação sem um objeto (mito, pessoa, grupo, etc.). Nesse caminho, afirma:

A representação é, pois, a representação mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Esse último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (JODELET, 1993, p. 5).

Ou seja, passa pela subjetividade e, no transmitir, passa a ter vida própria. Nesse concreto que ela constrói, é criativa, autônoma, recebe elementos de outras pessoas e grupos, transformando-se. Para Moscovici (1978, 2015), ela é criada, compartilhada e se transforma, denotando seu caráter dinâmico. Jodelet (1993) ainda explica a existência dos universos interior e exterior. O interior como sendo uma extensão do exterior e vice e versa, já que Moscovici afirma que não há um corte entre eles.

Há vários usos da representação, a qual encontra-se no espaço da transversalidade, já que está posicionada na encruzilhada, entre o sociológico e o psicológico, considerando o funcionamento cognitivo e do aparelho psíquico por um lado, e, de outro, o funcionamento do sistema social dos grupos, que afetam e são afetados. Embora esse seja seu papel, segundo Moscovici (1978, 2015), de não pender nem para o lado sociológico, nem para o psicológico, essa concepção é fecunda e pode ser utilizada pelas suas concepções científicas.

Existe sim certa pendência para o lado social quando analisada e estudada na perspectiva da comunicação, posto que as representações sociais se dão em três níveis: emergência das representações (interesse do grupo); nível do processo de formação (ancoragem e objetivação, liga indivíduo e meio); influência na edificação das condutas.

O social que perpassa os indivíduos pelo simples fato de que a ele pertencem. O pertencer, o estar ali em um grupo, os faz adquirir a mesma visão de mundo de seu grupo. Daí, advindo as funções sociais e a relação com o real. O caráter social das representações sociais gera duas consequências principais: não é unidimensional, e tem caráter prático. Salienta-se que o homem, como ser social, é capaz de intuir e buscar uma realidade que o antecede, sucede e até mesmo o supera (JODELET, 1993).

Sendo uma teoria relativamente nova e com perspectiva crítica, a TRS sofreu e ainda sofre críticas por parte da doutrina. Jahoda (1988) apresentou críticas ao trabalho de Moscovici, porque pensa ser difícil testemunhar o surgimento de uma representação social em

específico, através da observação de uma conversação, posto que as conversações estão imersas em relações sociais. Ainda afirma o autor que é um problema para a TRS o fato do conceito de representações sociais ser um conceito aberto demais.

Spink (2004) apresenta críticas, muito em virtude da falta de clareza conceitual. Jovchelovitch, por sua vez, afirma que “a teoria nasceu – e cresceu – sob a égide de interrogações radicais, que repõe contradições e dilemas que ainda hoje precisamos responder” (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 53).

No entanto, Moscovici respondeu às críticas de Jahoda (1988) à TRS por meio de um artigo publicado naquele mesmo ano intitulado “Notas para uma descrição das Representações Sociais”, onde rebate com clareza as críticas, justificando o caráter inovador da teoria. O autor se defende das críticas colocadas em sua teoria explicando a TRS por meio dos seus processos formadores, que são a ancoragem e a objetivação. No contexto desses processos, o autor salienta que existem elementos como a dispersão da informação, a focalização e a pressão da inferência, como certas condicionais que afetam a gênese da representação social de um determinado objeto.

Sobre a dispersão da informação, Moscovici (1988) e Vala (1993 apud SÁ, 2002) afirmam que a informação que se tem nunca é suficiente e geralmente é desorganizada: os dados disponíveis para a maioria das pessoas, para formar uma ideia sobre um o objeto específico, são geralmente limitados em virtude da superficialidade, e muitas vezes abundantes em seu número e variedade de dados existentes.

Quanto à focalização, uma pessoa ou uma coletividade se focalizam porque estão envolvidas na interação social como fatos que alteram as ideias e opiniões (MOSCOVICI, 1988). Já no que tange à pressão da inferência, salienta-se que socialmente existe uma pressão que reclama por opiniões, posturas e ações sobre os fatos que estão focalizados por interesses públicos. Na vida cotidiana, as circunstâncias e as relações sociais exigem do grupo social, e de seus membros, posicionamentos e respostas sobre determinadas situações (MOSCOVICI, 1988).

Nesse caminho, o motivo que fez com que Moscovici (1988) se furtasse a definir precisamente o conceito de representações sociais (motivo este objeto de críticas também) é no sentido de que uma definição exata prejudicaria o alcance conceitual. Assim, Farr (2013) e Moscovici (2015) acreditam que as representações sociais são uma forma de conhecimento própria das sociedades contemporâneas, as quais são complexas e multifacetadas, caracterizadas por seu pluralismo e rapidez das mudanças econômicas, políticas e culturais. Por isso mesmo, o conceito é multidimensional, existindo representações do espaço, da

cidade, da mulher, da criança, da ciência, dos psicólogos, do trabalho, do desemprego, dos conflitos sociais (MOSCOVICI, 1978).

Como uma forma de conhecimento atual, as representações sociais têm um conceito versátil. Isso porque a representação nasce como um processo social envolvendo comunicação e discurso, bem como, objetos sociais construídos e elaborados. Por outro prisma, são consideradas fonte de conhecimento por meio de símbolos e afetos existentes entre as pessoas em grupos ou sociedades (WAGNER, 2013). Este último autor considera a representação social como um complexo indivisível, o qual une elementos simbólicos, mentais e comportamentais, adquirindo sentido em seu todo, donde nasce o próprio objeto.

3.2 USO PRÁTICO PARA A ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS: A INTERAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA PRIMORDIAL, AS FUNÇÕES E OS PROCESSOS FORMADORES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na visão de Moscovici (2000) e Vala (1993), os indivíduos contribuem para a formação das representações sociais na interação entre a estrutura social e individual, posto que as interações humanas pressupõem representações. O indivíduo tem autonomia para assimilar as representações sociais e modificá-las, conseqüentemente, podem ser “libertados” das estruturas tradicionais de ligações sociais, tais como a família, classe social e religião.

Nesse contexto, concordo com Nunes (2009, p. 14) quando afirma que “o ser humano deve ser visto, ao mesmo tempo, como parte e totalidade do processo de formação social”. Vala (1993), por sua vez, situa a TRS dentro do paradigma da orquestra de jazz, que abarca um conceito ternário considerando que a relação do indivíduo com um objeto é sempre mediada por outro indivíduo ou grupo. Assim, o paradigma da orquestra de jazz está patenteando o processo de construção do conhecimento por meio da interação social do sujeito, onde “as representações sociais, enquanto teorias sociais práticas relativas a objetos e problemas sociais específicos e relevantes na vida dos grupos, alimentam e são produzidas no quadro desta interdependência triádica” (JODELET, 1989 apud VALA, 1993, p. 908).

A metáfora da orquestra de jazz “ênfatisa a dependência da ação face à atividade cognitiva, ao mesmo tempo em que associa a cognição à produção de sentido e à construção da realidade social” (VALA, 1993, p. 913). Nesse sentido, afirma o autor que:

A metáfora da orquestra de jazz articula a ideia de um sujeito-ator que é indissociável de laços sociais. A cognição não é entendida como uma atividade individual, porque os indivíduos estão ligados uns aos outros; mas este indivíduo não pode ser visto como dependente porque se pressupõe que é dotado de uma atividade cognitiva própria, cuja dinâmica é essencial à criação dos laços sociais em que está envolvido. O sujeito de que se fala nesse paradigma é um sujeito fonte e alvo de influência (VALA, 1993, p. 913).

Dessa forma, fala-se em uma relação dialética, de troca de influências e mutualidade, onde todo o aparelho cognitivo do indivíduo constrói representações sociais, levando e trazendo influências, em uma via de mão dupla. Jodelet (1993) também estudou sobre o assunto e menciona que a noção de representação social e seus fenômenos engloba complexidade na sua definição. Esta autora salienta que:

Deve-se considerar, de um lado, o funcionamento cognitivo e o do aparelho psíquico, de outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que estes afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações e são afetados por sua intervenção (JODELET, 1993, p. 38).

A dialeticidade existente entre indivíduo e sociedade, sobretudo quanto à interação social, reafirma o interesse da psicologia social na relação entre indivíduo e sociedade, reforçando a ideia de que existe uma mútua interação, onde o indivíduo é ao mesmo tempo um agente de mudança na sociedade, bem como, um produto da sociedade (FARR, 2013; JODELET, 1993; MOSCOVICI, 2015; VALA, 1993;. Nesse caminho, ao compreender as relações sociais, o indivíduo possui maior grau de escolha no que pertine aos seus anseios de vida e de estratégias para atingir seus objetivos. Moscovici trata a questão da interação quando estuda a interdependência minoria e maioria, afirmando que os processos de influência caracterizam-se por interrelação, sendo que cada grupo emite e recebe influência ao mesmo tempo. Nesse ponto, sobressai a noção de reciprocidade e simultaneidade, bem como, a noção de dialeticidade e dialogicidade (MARKOVÁ, 2003). Conforme Marková (2003), Moscovici parte da relação entre a díade maioria/minoria, onde um não tem sentido sem o outro, sendo interdependentes. Nesse compasso, Farr (2013, p. 44) afirma que “na teoria das Representações Sociais existe uma justaposição entre a pesquisa sobre influência da maioria e minoria e a pesquisa em representações sociais, ambas de Moscovici”.

Não há que se falar em dominação ou dicotomia de um polo sobre o outro, já que para a psicologia social interessa justamente a relação entre o indivíduo e a sociedade. Nesse estudo, as representações podendo ser consideradas como uma modalidade de conhecimento prático, orientam o mundo, sua compreensão e, conseqüentemente, sua comunicação. Essa é uma primeira consideração. A segunda é no sentido de que as representações são elaboradas por sujeitos sociais através de objetos também sociais, e, enquanto formas de conhecimento,

são estruturas cognitivo-afetivas, não podendo ser reduzidas apenas ao conteúdo cognitivo, devendo-se somar os contextos a que pertencem por meio das interações sociais do cotidiano (JODELET, 1989 apud SPINK, 2013, p. 96). A ordem social existe em torno de um sistema simbólico baseado em valores e crenças que são socialmente partilhados. Nesse contexto, os indivíduos buscam dar sentido às interações humanas, e reagem com relação aos outros por meio da interação. Assim, a interação “é um complexo de ações e reações, e compreende os meios pelos quais os indivíduos relacionam-se uns com os outros” (MINICUCCI, 2009, p. 196). Representações Sociais são criadas e elaboradas pelo indivíduo para melhor compreender o mundo. São construídas no dia a dia, no cotidiano das pessoas, que buscam compreender a realidade diária. E realidade por excelência é a realidade do cotidiano (BERGER; LUCKMAN, 2002).

Seguindo este compasso, a realidade social pode ser estudada por meio da TRS, onde Moscovici entende que as representações sociais interpretam e constroem as realidades sociais, afirmando que “para o chamado homem moderno, a representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto” (MOSCOVICI, 1978, p. 44). Exemplificando, o autor estudou a representação social do psicanalista, o qual foi comparado, conforme constatou em sua pesquisa, a médico, amigo e parente; sendo uma obra que trouxe rica contribuição para a sociologia do conhecimento, concluindo o autor no sentido de que a estrutura das representações está baseada nas dimensões da informação, da atitude e da imagem (MOSCOVICI, 1978).

Minayo trata da abrangência de algumas representações, perante a sociedade a qual pertencem, abrangência esta que revela a visão de mundo de determinada época. Foi essa abrangência percebida por Moscovici com o estudo da psicanálise (MINAYO, 2013).

Ainda a respeito da característica da interação, Jodelet (1993), assim como Moscovici (2015), ressalta o papel da comunicação perante as representações sociais, posto que a comunicação é fundamental nas trocas e interações. Segundo esta autora, “a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos” (JODELET, 1993, p. 43).

Jovchelovitch (2013) é uma outra autora que menciona a característica da interação e com ela a questão da comunicação, propondo que o estudo das representações sociais seja baseado no simbolismo, onde a TRS é articulada com a vida coletiva de uma dada sociedade juntamente com os processos simbólicos. Afirma a autora que:

As representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano

desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de outros (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 54)

Corroborando este pensamento, Moscovici também afirma que toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas, que em conjunto formam e organizam imagens e linguagem, simbolizando atos e situações comuns. Simbolizar remete ao lado afetivo do ser humano, este ligado à comunicação. Esta, como um ambiente social, transforma palavras em imagem, em um verdadeiro laboratório social real. Segundo Minicucci (2009, p.62), “quase todos os aspectos das relações humanas e interpessoais envolvem comunicação”.

No contexto do estudo da interação como uma característica primordial das representações sociais, fundamental é o poder da linguagem que, segundo Dejours (2008), materializa-se através do discurso e de atitudes, as quais refletem pensamentos. No que tange ao recurso à palavra, Dejours afirma que:

A palavra age mais como meio de fazer chegar à inteligibilidade, o que não é ainda consciente. Essa propriedade da linguagem deve-se ao fato de que falar com alguém é um meio muito vigoroso de *pensar*, de pensar a experiência vivida subjetivamente. A palavra é um meio de perlaboração, como já o mostraram, desde há muito, os psicanalistas, a partir de Freud. Mas este vigor da linguagem não é automático. Pode-se falar sem dizer nada. A linguagem ganha o vigor quando a palavra é dirigida aos outros (DEJOURS, 2008, p. 85).

A interação social gera, por si só, outra nuance das representações sociais que é a impossibilidade de serem criadas por um indivíduo isoladamente. E depois de criadas, circulam e se transformam em outras representações, denotando seu caráter dinâmico. Moscovici estuda a estrutura da representação social em uma tríade sujeito/outro/objeto, denotando a interação da realidade social, bem como, a característica dinâmica das representações sociais (MOSCOVICI, 2015).

Dessa maneira, as representações sociais possuem como característica o fato de serem ao mesmo tempo estáveis e flexíveis, posto se movimentarem; rígidas, porém fluídas e dinâmicas (MOSCOVICI, 2015), onde o envolvimento do trabalho voluntário é intenso e cotidianamente vivenciado, sendo que a natureza das representações sociais não é estática e imutável. Muito pelo contrário, as representações sociais são continuamente modificadas durante toda a história do grupo de indivíduos que as criam e as mantém vivas através do movimento de compartilhamento, onde o vínculo se dá sobremaneira na atuação comunitária do trabalho voluntário, já que este aproxima os indivíduos em seu cotidiano social.

Já no que pertine às funções, Moscovici (2015) afirma que as representações sociais possuem duas funções. A primeira, convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos,

onde a função de convencionalizar é explicada no sentido de que a realidade está predeterminada por convenções. Em virtude disso, a realidade possui um aspecto convencional, onde as representações são um tipo de realidade. Segundo o autor:

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura (MOSCOVICI, 2015, p. 35).

A segunda função se traduz no fato de representações serem prescritivas, significando que são impostas, se colocando com uma força irresistível. Conclui-se que a representação que fazemos de alguma coisa não se vincula necessariamente à nossa própria forma de pensar, já que prescritas por meio da tradição e das estruturas. Moscovici salienta que “elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2015, p. 37). Apreende-se com o acima citado que as representações sociais prescrevem comportamento. Nesse compasso, o autor busca o conceito de sociedade pensante como o habitat natural das representações, advindo daí os conceitos de universos consensuais e reificados, com importância do consenso nas representações sociais. Na consensualidade, a sociedade é formada por pessoas iguais e livres, onde “o pensar é feito em voz alta”, suprindo toda a necessidade de comunicação que a sociedade possui (MOSCOVICI, 2015). Já quanto ao universo reificado, a sociedade baseia-se na desigualdade de seus membros, onde as ciências compreendem o universo reificado, e as representações, o consensual. No universo reificado, ou seja, universo científico, a sociedade é um sistema que possui vários papéis onde somente alguns refletem a possibilidade do conhecimento. Nesse contexto, a realidade seria construída pela ciência. Já no consensual, o ser humano é o ápice de todos os acontecimentos, onde a liberdade dos indivíduos prevalece para que se possa falar em nome do grupo ao qual pertence, refletindo em convenções linguísticas. Nesse ponto, a teoria percorre seu nascedouro principal e anterior, que segundo Moscovici (2015), é tornar o não familiar em familiar.

A familiarização é a razão pela qual os indivíduos criam representações sociais. O autor estuda essa questão da familiaridade considerando a sociedade como um sistema econômico e político, mas, sobretudo, pensante, *locus* dos universos consensuais e reificados. Segundo Guareschi:

Nos universos reificados, que são mundos restritos, circulam as ciências, que procuram trabalhar com o mais possível de objetividade, dentro de teorizações

abstratas, chegando a criar até mesmo certa hierarquia. Nos universos consensuais estão as práticas interativas do dia a dia, que produzem as RS, que são teorias do senso comum, isto é, conhecimentos produzidos espontaneamente dentro de um grupo (GUARESCHI, 2013, p. 171).

Segundo o autor, as representações são o resultado de um esforço constante de tornar comum algo que é incomum, ou seja, não familiar. Dessa forma, no universo consensual, o conhecimento é compartilhado por meio das conversações cotidianas, referindo-se ao conhecimento do senso comum, sendo certo que estes universos se alternam continuamente.

No que tange aos processos formadores das Representações Sociais, estes são denominados como objetivação e ancoragem. Moscovici atribui à TRS uma estrutura dupla, baseada em conceito e figura, trazendo sua própria estrutura teórica, qual seja:

No real, a estrutura de cada representação apresenta-se-nos desdobrada, tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a página da frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Nós escrevemos que:

Representação: Figura
Significação

querendo com isso dizer que ela faz compreender a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura (MOSCOVICI, 1978, p. 65).

Segundo Guareschi (2013), representar não retrata simplicidade, pelo contrário, possui uma figura e um sentido simbólico. E dessa maneira, um aspecto imaginante e figurativo da representação. Baseando-se na estrutura acima, o autor construiu os dois processos de formação das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. Todavia, afirma que o princípio básico e anterior a ser seguido é a familiarização ou seja, “a transformação do não familiar em familiar” (SÁ, 2004, p. 35). Transformar o não familiar em familiar pressupõe, por sua vez, os processos de formação das representações sociais. Assim, ao criar a TRS, Moscovici também delimitou seus dois mecanismos de formação, sendo o primeiro denominado de ancoragem.

Segundo Moscovici (2015), ancorar é classificar, dando nome a alguma coisa, posto que as coisas que não possuem nome são estranhas, e por isso mesmo, ameaçadoras. O conceito de ancoragem para Moscovici (2015, p. 61) se traduz em “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. Seria como uma maneira de catalogar aquilo que é estranho ao nosso conhecimento, colocando em uma imagem conhecida, dentro de um ambiente familiar. Dessa maneira, a classificação e a nomeação são aspectos da ancoragem das representações (MOSCOVICI, 2015).

A objetivação busca a não familiaridade e a une com a realidade, fazendo com que se torne essencial a esta. Segundo Moscovici (2015, p. 71):

Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância. Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal.

Objetivar, em uma única palavra, se traduz em materializar. E essa materialização se liga à memória, onde a ancoragem e a objetivação refletem formas de trabalhar a memória (MOSCOVICI, 2015).

Estes processos formadores das representações são provenientes da própria dinâmica das representações sociais. A ancoragem é a forma em que os saberes e as ideias sobre determinados objetos tornam-se parte das representações sociais mediante uma série de transformações específicas. A objetivação incide sobre as estruturas sociais, sobre a formação das representações sociais e de esquemas já estabelecidos no desenvolvimento de novas representações sociais (MOSCOVICI, 2002).

Com a ancoragem a representação social se liga ao marco de referência da coletividade e é um instrumento útil para a interpretação da realidade e atuação sobre ela. Este processo permite que os eventos e objetos da realidade, que se apresentam como estranhos e carentes de significado para a sociedade, sejam incorporados em sua realidade social. Através do processo de ancoragem, a sociedade identifica o objeto social e pode classificá-lo conforme suas preferências (MATERÁN, 2008).

O processo de objetivação vai desde a seleção das ideias e conceitos até a formação de um núcleo figurativo que é naturalizado rapidamente, onde os conceitos abstratos, as relações e ou os atributos são transformados em imagens concretas (MATERÁN, 2008).

A objetivação, que se traduz em materialização, permite tornar real um quadro conceitual, pode ser definida como a formação de uma imagem. Assim, um conjunto de significados se materializa, onde a relação entre conceitos e imagens, palavras e coisas fica estabelecida. A conclusão de Moscovici (2002) sobre objetivação é que ela promove a representação de um objeto com seus valores, ideologia e as medidas da realidade social. Trata-se de uma atividade que estrutura, ou seja, de estruturação, que ocorre por meio da objetivação, onde a representação social adquire um quadro de valores.

Em síntese, ambos os processos – ancoragem e objetivação – promovem o domínio e interpretação do ser social. A ancoragem possibilita a elaboração de um conceito, tornando

familiar o que é estranho, e a objetivação apresenta a matéria, ou seja, a forma desse elemento e sua articulação em uma realidade social.

3.3 O NÚCLEO CENTRAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria do Núcleo Central foi inicialmente desenhada em um contexto de pesquisa experimental, a qual considerou a organização interna das representações sociais, dentro da tese de doutorado de Jean-Claude Abric, denominada *Jeux, conflits et représentations sociales*, na Université de Provence, em 1976 (SÁ, 2002).

Contextualizando, a TRS, teoria mãe, possui a Teoria do Núcleo Central como uma teoria complementar, que demonstra como os conhecimentos são produzidos no cotidiano e apresentam conteúdo essencialmente social. Segundo Spink (2004, p. 9),

[...] conteúdo este que é produto e produtor da ordem simbólica [...]. Na vertente que estuda as representações sociais, o contexto é um aspecto fundamental da pesquisa, seja porque as representações são estruturadas pelos hábitos e conteúdos históricos que impregnam o imaginário social, seja porque são estruturas estruturantes desse contexto e, como tal, motores da mudança social.

Dessa forma, favorece a compreensão da ordem histórica e suas atualizações, permitindo desvelar conteúdos que circulam no imaginário social e orientando o caminho teórico-metodológico, num campo fértil de mudanças, como a psicologia social e outras disciplinas em que tem sido utilizada.

Segundo Umaña (2002), após o trabalho inaugural de Moscovici, diversos autores definem representação como um todo organizado. No entanto, existem elementos que fazem parte de uma abordagem estrutural, considerando-se que cada representação tem uma estrutura específica, cuja principal característica é a sua organização em torno de um núcleo central, que determina a sua organização e significado.

A teoria do núcleo central é precisamente o que distingue a abordagem processual da estrutural. Por núcleo central compreende-se o elemento ou o conjunto de elementos que fornecem a representação a sua coerência e sua significação geral. O núcleo tem duas funções: a geradora, que cria ou transforma o papel dos outros elementos da representação, dando sentido à importância desses elementos; e ou organizadora, que organiza os elementos da representação (SÁ, 1996, 2002). Além disso, existem duas dimensões: normativa e funcional. A normativa expressa as dimensões sócio afetivas, sociais ou ideológicas, dentro das quais

podem incluir-se normas e atitude. Na funcional, se encontram as situações com uma finalidade operativa ou aquelas que se referem ao funcionamento do objeto (SÁ, 2002; UMAÑA, 2002).

O núcleo central é o elemento mais resistente a mudanças, pois com uma modificação do núcleo tem-se a transformação completa de uma representação. É protegido pelos sistemas periféricos, que permitem essencialmente a adaptação às mudanças no contexto da representação (SÁ, 1996). Segundo Santos e Almeida (2010, p. 133):

Como elementos estranhos não colocam em causa o núcleo central, as mudanças ocorrem apenas no âmbito do sistema periférico. Transformações progressivas ocorrem quando as práticas novas não são totalmente contraditórias com o núcleo central das representações. Os esquemas ativados pelas novas práticas, vão, progressivamente, integrar-se àquelas do núcleo central e constituir um novo núcleo, portanto, uma nova representação, sem possibilidade de recorrer aos mecanismos defensivos. A partir de então, a importância destas novas práticas, sua permanência e seu caráter irreversível desencadeiam uma transformação direta e completa do núcleo central, e, portanto, de toda a representação.

Assim, os elementos periféricos estão diretamente relacionados com o núcleo, o que significa que sua presença, seu peso, seu valor e função são determinados pelo núcleo (SÁ, 1996). O estudo de uma representação social não deve estar exclusivamente delimitado à identificação de seu conteúdo e, portanto, deve considerar o estudo de sua estrutura e organização interna (SANTOS; ALMEIDA, 2010).

Seguindo o pensamento acima delineado, Santos e Rosso (2012) realizaram um estudo a respeito da indisciplina escolar nas representações sociais de professores Paranaenses, onde salientam que a TRS possui um campo de estudos formado por três perspectivas, quais sejam: dimensional, dinâmica e estrutural.

A perspectiva dimensional refere-se mais aos processos de formação das representações sociais; a dinâmica dá prioridade em como as representações sociais influenciam a vida cotidiana das pessoas e a perspectiva estrutural diz respeito à estrutura interna e a organização das representações (SANTOS; ROSSO, 2012).

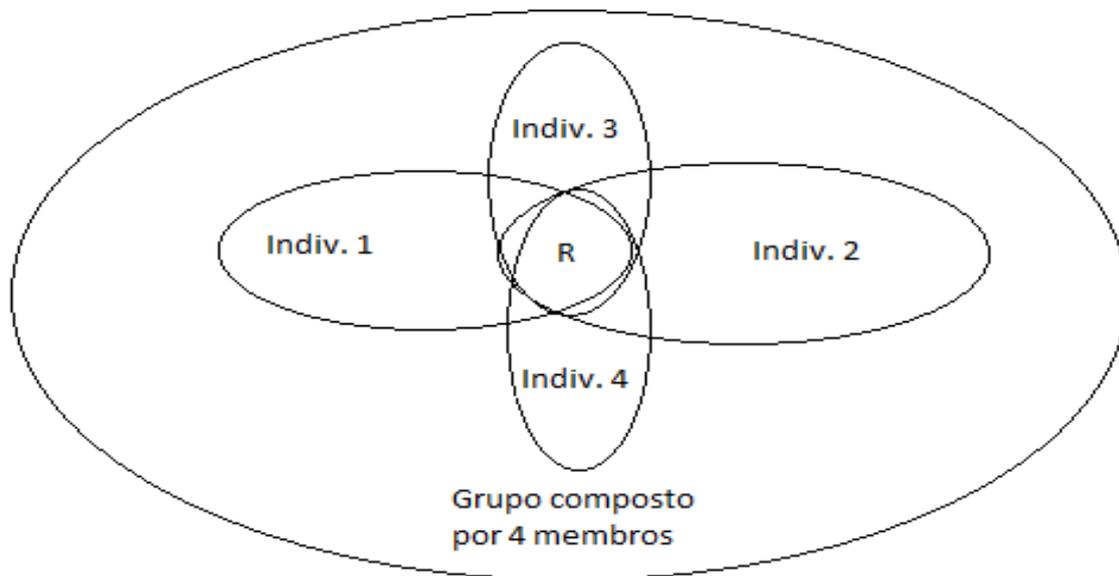
A Teoria do Núcleo Central surgiu considerando esta última perspectiva (SÁ, 1996, 1998, 2002). Jean Claude Abric foi quem inicialmente desenhou a Teoria do Núcleo Central, delimitando que as representações sociais são formadas por dois sistemas, quais sejam: o Núcleo Central e o Sistema Periférico. O núcleo central é rígido e o sistema periférico é flexível, no que pertence ao conteúdo, onde a estrutura da representação é que deve ser conhecida (SÁ, 1996; SANTOS; ROSSO, 2012).

Assim, a Teoria do Núcleo Central sendo uma abordagem dentro da TRS, um refinamento metodológico que considera um papel mais cognitivo das representações sociais,

refere-se à organização interna das RS. O núcleo central é a parte dura da representação, a qual possui também um sistema periférico mais flexível e dinâmico, situado em torno do núcleo central (SÁ, 1996, 2002). Nos ensinamentos de Sá (2002, p. 52) a Teoria do Núcleo Central, apesar de ser uma teoria dentro da teoria mãe, “é também uma das maiores contribuições atuais ao refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais”.

Finalmente, o estudo realizado por Wagner (2013) exemplifica a Teoria do Núcleo Central, demonstrando que os elementos comuns do conhecimento das pessoas formam o núcleo central da representação, conforme Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Teoria do núcleo central



Fonte: WAGNER (2013, p. 132)

Conforme Sá (1996) a Teoria do Núcleo Central possui como fonte original a própria TRS de Moscovici. Porém, vai além, posto que explica tanto o estudo das representações já formadas quanto a transformação e evolução destas. Nesse compasso, este autor atribui ao sistema central e ao periférico algumas características, conforme o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Características e funções do núcleo central e sistema periférico

	NÚCLEO CENTRAL	SISTEMA PERIFÉRICO
Função	Possui a função de criar o significado principal da representação e organizar de forma global os seus elementos.	Responsável pela mobilidade, flexibilidade e contexto individualizado das representações sociais. É constituído pelos demais elementos da representação. Suas funções consistem na adaptação à realidade concreta e diferenciação do conteúdo da representação. Historicamente, exerce a função de proteção do sistema central.
Características	Marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio-históricas e os valores do grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
	Constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social	Suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições
	É estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e permanência da representação	É evolutivo e sensível ao contexto imediato
	É relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta	

Fonte: Sá (1996)

Segundo Sá (1996, 2002) a Teoria do Núcleo Central ainda contribui para a evolução da TRS no campo dos estudos das ciências sociais porque permite uma análise comparativa das representações, bem como, que haja a transformação destas em virtude das práticas sociais cotidianas. Nesse caminho afirma o autor:

Quanto aos estudos comparativos, a teoria do núcleo central sustenta que duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos se, e apenas se, seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso contrário, ou seja, se as diferenças se apresentam apenas no nível dos seus sistemas periféricos, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de diferentes condições circunstanciais, de ordem grupal ou interindividual. Ou, dizendo de outra maneira, as manifestações da representação diferem apenas quanto às cognições periféricas condicionais, mas não quanto às cognições absolutas do sistema central, que proporcionam o significado básico da representação e organizam globalmente os elementos periféricos, tanto os que se atualizam em uma das manifestações quanto os que o fazem na outra (SÁ, 1996, p. 24).

Dessa maneira, a teoria do núcleo central traz um forte alicerce ao entendimento das representações sociais dos vários fenômenos existentes, organizando o pensamento dos indivíduos dentro de um núcleo básico e imutável, bem como, utilizando elementos variáveis condizentes com cada particularidade do indivíduo e ou grupo, para a análise e compreensão das realidades. Nesse compasso, as contribuições da teoria do núcleo central serão

contempladas na análise dos dados coletados no presente trabalho, a qual será abordada no próximo capítulo, onde serão explicados os procedimentos metodológicos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, porque se propõe a compreender a dinâmica das representações sociais no trabalho voluntário no âmbito de uma organização sem fins lucrativos, direcionada à assistência social no município de Varginha. Neste sentido, Gil (2010) destacou a importância da pesquisa descritiva na caracterização de determinada população ou fenômeno e as relações que acontecem entre eles.

A abordagem utilizada foi predominantemente qualitativa, por esta permitir aprofundar fenômenos como representações, opiniões, sentido das ações entre outros (MINAYO, 2014; POUPART et al., 2012).

Segundo Arruda (2002, p. 15):

A construção da metodologia nas representações sociais é um trabalho artesanal, que não se inicia e nem acaba na coleta de dados. Começa nas condições de produção das representações e prossegue na sua interpretação. Mas a missão não se encerra na interpretação de dados, porque é preciso desenvolver uma comunicação a partir das representações sociais criadas.

Ao decorrer deste capítulo serão abordadas informações mais detalhadas sobre a população e a amostra envolvidas neste estudo, assim como os instrumentos utilizados, os procedimentos de coleta de dados junto aos voluntários participantes e a natureza de análise e interpretação das informações obtidas. Enfatiza-se ainda o recurso de estratégias de levantamento de dados combinadas como uma maneira de apreensão e materialização das representações sociais (ARRUDA, 2002).

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo foi constituída do universo de 272 voluntários atuantes na associação do voluntariado Vida Viva, em Varginha/MG, da qual foi possível obter os dados sócio demográficos de um total de 109 respondentes, dos quais pode-se observar a predominância feminina⁴ (87%), declarados brancos (82%) e com 43% de voluntários com a

⁴ Reafirmando o resultado em âmbito nacional no que pertine à distribuição de oferta de trabalho voluntário quanto ao gênero (CENSO, 2010)

escolaridade acima de 15 anos (graduação e pós-graduação). A idade média dos respondentes foi de 57 anos (DP=14,5) e o tempo médio de atuação na associação foi de 5,8 anos (DP=6,4).

O perfil sociodemográfico contribui no entendimento das características desse tipo de indivíduo que realiza atividade voluntária. Isso oferece subsídios na compreensão da maneira em como se compreende a representação social do voluntariado, no sentido da formação dos eixos de sustentação desse imaginário. Tendo em vista este perfil, foi escolhida uma amostra de 15 voluntários, utilizando-se dos critérios de proporcionalidade em relação às distribuições para cada tópico da ficha sociodemográfica, a fim de se obter uma maior precisão na análise dos dados para os trabalhadores dessa associação.

4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Com o objetivo de coletar os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados um Termo de Consentimento livre e Esclarecido juntamente com uma ficha sociodemográfica, em que foram abordados itens que permitissem a caracterização dos voluntários envolvidos na pesquisa como, por exemplo, gênero, idade, escolaridade dentre outros.

Para a realização das entrevistas, foi estruturado um roteiro de questões com o intuito de mapear as representações sociais do trabalho voluntário dos sujeitos participantes da pesquisa. Um diário de campo, para notas explicativas e interpretativas, também foi utilizado para coletar os dados da observação participante, que se guiou por um roteiro pré-estabelecido para orientar o trabalho.

4.3 COLETA DOS DADOS

A coleta das informações foi realizada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas e ocorreu em três etapas. Na primeira, foram coletados os dados sociodemográficos, por meio da aplicação da ficha. Na segunda, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, fora do ambiente do trabalho, principalmente nos locais de residência dos voluntários, para que não sofressem desconfortos quanto às

respostas. Segundo Minayo (2014) as entrevistas semiestruturadas são o instrumento apropriado e seguro para ser utilizado em pesquisas desta natureza que envolvem a compreensão de aspectos sociais e do cotidiano dos indivíduos. A pesquisa social trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo-os como atores sociais em relação. Os sujeitos possuem uma relação de interação social com o pesquisador de onde surge uma descoberta construída.

O trabalho de campo possui várias técnicas e formas de ser realizado, mas dois instrumentos são os mais usados, segundo Minayo (2014): a entrevista e a observação participante. A entrevista tem como matéria-prima a fala de interlocutores, que permite que o trabalho entre o pesquisador e os pesquisados se torne operacional. A fala revela condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças, ao mesmo tempo em que transmite o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (MINAYO, 2014).

Assim, na terceira etapa do estudo, foi realizada a observação participante, que segundo Serva e Jaime Júnior (1995), Brandão (1998), Oliveira e Oliveira (1998), Borba (1998), Freire (1998), Haguette (2003), Gil (2010) e Minayo (2014) é método etnográfico de carácter antropológico, sendo primordial para a pesquisa qualitativa. Tal observação foi realizada durante dois meses, compreendendo uma manhã e uma tarde a cada semana. Na observação participante houve a atuação da pesquisadora como voluntária na instituição no período de 2 meses em 2 grupos distintos de voluntários. Assim, esta pesquisadora, participando como voluntária na associação durante o decorrer do referido período pôde apreender em detalhes o cotidiano do trabalho voluntário desenvolvido na associação.

Salienta-se que a antropologia foi a primeira ciência humana a introduzir o pesquisador como parte integrante do universo pesquisado. Nesse contexto, os autores Serva e Jaime Júnior (1995, p. 69) afirmam:

A observação participante refere-se, portanto, a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação face a face, e onde o processo de coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos. A vivência dessas situações pode proporcionar maiores angústias no pesquisador, comparativamente às outras metodologias e pesquisa, uma vez que a interação face a face continuada acarreta, em tese, maiores dificuldades e obstáculos comportamentais a serem transpostos. Ao resgate da subjetividade, pela inserção do pesquisador numa relação direta e pessoal com o observado, corresponde a abertura para a emoção, o sentimento e o inesperado.

A observação participante busca o sentido das ideias e das situações vividas, sendo ainda, uma forma de conhecimento coletivo que busca uma conquista popular, posto que recria as formas reais dos indivíduos e grupos, fazendo parte do desenvolvimento social. Segundo Brandão (1998, p. 10) os indivíduos “participam do direito e do poder de pensarem e produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios”.

4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de dados, a interpretação e análise dos dados foi feita por meio de análise de conteúdo das falas dos voluntários, ou seja, a análise das entrevistas foi norteadada pela análise de conteúdo do tipo categorial-temática. Segundo Bardin (1977), este tipo de análise de conteúdo (categorial-temática) consiste em descobrir núcleos de sentidos dos quais fazem parte a comunicação ou frequência de aparição, indicando significados para o objeto em estudo. Dessa forma, foi possível identificar as representações sociais a partir da categorização dos discursos em temas e subtemas, considerando os objetivos da pesquisa.

A Análise de Conteúdo contribui nesse sentido ao apresentar um conjunto de técnicas que permitem averiguar tendências na conjuntura das comunicações, compreendendo três etapas fundamentais: a pré-análise, descrição analítica e a interpretação inferencial (BARDIN, 1977).

Para essa autora, na etapa de pré-análise são estruturadas e operacionalizadas ideias iniciais de coleta e organização do material, a segunda etapa também chamada de exploração do material consiste na codificação, conhecida como enumeração das operações. Nesta etapa, a elaboração de categorias e as análises de frequências são importantes para o desenvolvimento da pesquisa. As categorias foram estabelecidas a priori, com base na literatura estudada. Porém, com o desenvolvimento da análise, foram criadas novas categorias a posteriori, de acordo com o decorrer do processo de análise. Na terceira etapa de interpretação e inferência, os resultados brutos são tratados de maneira que se tornem válidos e relevantes para a pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

A amostra dos voluntários participantes desta pesquisa foi constituída de 15 indivíduos que participaram de entrevista semi-estruturada na qual foram solicitadas, além das informações referentes ao perfil sociodemográfico, questões que pudessem indicar as representações sociais deste grupo. Em relação ao perfil sociodemográfico dessa amostra, manteve-se a predominância de mulheres (87%) e a maioria (86%) se autodeclarou branca (sendo 6,5% parda e 6,5% preta), com prevalência da religião Católica (73%) e com 93% dos entrevistados possuindo residência própria.

Com relação ao estado civil, 60% dos entrevistados são casados e apenas 6,5 % são solteiros. No que diz respeito à renda familiar mensal, a maior parte dos voluntários se encontra na faixa de 1 a 5 salários mínimos (67%) e a escolaridade compreendeu em 27% com fundamental incompleto, 7% com fundamental completo, 33% no ensino médio completo e 33% com pós-graduação.

Dos entrevistados, 67% destacaram já terem desenvolvido a atividade voluntária anteriormente. Quanto ao tempo médio semanal no desenvolvimento de atividades voluntárias na associação, não ultrapassou 14 horas semanais para nenhum dos trabalhadores envolvidos na pesquisa, demonstrando um resultado similar ao brasileiro, em que esta carga horária semanal foi apresentada pela maior parcela de voluntários no país (CENSO, 2010). Também foi possível observar que 60% dos entrevistados estão aposentados e não desenvolvem outra atividade além da voluntária.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNARIADO VIDA VIVA, DE VARGINHA/MG

A TRS foi utilizada como referência inicial na categorização, assim como os autores sobre voluntariado abordados nesta pesquisa, na qual foi empregada também a técnica de

juízes. As frequências e porcentagens dessas categorias foram demonstradas na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Frequências e porcentagens das categorias de Representação Social do trabalho voluntário

COLOCAÇÃO	CATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
1º	(5) Enriquecimento Pessoal	110	37,0%
2º	(2) Altruísmo	78	26,3%
3º	(3) Solidariedade	55	18,5%
4º	(6) Pertencimento	31	10,4%
5º	(9) Resgate Sentido à Vida	18	6,1%
6º	(7) Transformação Social	5	1,7%
TOTAL		297	100,00%

Fonte: Elaboração própria

A partir disso, essas temáticas identificadas e definidas como geradoras de representações sociais acerca do trabalho voluntário geraram as seguintes categorias, evidenciadas entre os voluntários, por ordem de relevância, em termos de quão recorrentes foram nas falas dos entrevistados: enriquecimento pessoal, altruísmo, solidariedade, pertencimento, resgate de sentido à vida e transformação social, sobre as quais se discorrerá adiante.

Salienta-se que na análise os sujeitos de pesquisa foram identificados por meio de um código (V1, V2, V3, e assim sucessivamente, até o V15), com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos participantes.

5.2.1 Enriquecimento pessoal

Nos resultados, percebeu-se, pois, a grande relevância da categoria de Enriquecimento pessoal, trazendo uma imagem do voluntariado como forma de ampliação do bem-estar individual por meio de sentimentos positivos que tragam autonomia e desenvolvimento humano, com o enriquecer da vida, por meio do desenvolvimento interior, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Enriquecimento Pessoal

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(5) Enriquecimento Pessoal	5.4 Satisfação Pessoal.	51	46,36%
	5.2 Sentim.Utili/tempo livre.	23	20,90%
	5.1 Aprendizagem.	19	17,27%
	5.5 Realiz. Pessoal	17	15,45%
	TOTAL	110	100,00%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com as respostas dos voluntários, foi uma categoria imanente à representação social do trabalho voluntário deste grupo pesquisado, sendo uma imagem que aparece com maior frequência associada ao trabalho voluntário.

Nesse compasso, os voluntários relataram de forma espontânea suas experiências de vida com o trabalho voluntário como, preponderantemente, uma forma de enriquecimento pessoal, por meio de símbolos os quais refletem as subcategorias encontradas dentro desta categoria. Assim, sentimentos como os de satisfação pessoal, o fato de sentir-se útil e preencher o tempo livre, bem como, a aprendizagem e a realização pessoal, além de serem as subcategorias da categoria de enriquecimento pessoal, percorridas nas falas dos voluntários, nesta mesma ordem de relevância, denotam a riqueza da construção da realidade em que vivem (MOSCOVICI, 2015).

Notou-se a subcategoria da satisfação pessoal com maior relevância dentre as falas dos entrevistados simbolizando uma forma positiva de reconhecer-se como indivíduo, na busca por sensação de êxito em uma atividade e também de felicidade, autoestima e sensação de sentir-se bem consigo mesmo. Segundo Domenegueti (2001) tal simbologia remete às características do voluntariado quando nos coloca a figura do pentágono, sobretudo, quando trata dos resultados da atividade. E, ainda, Giacomini-Filho e Almeida (2016) são autores que trazem a simbologia da satisfação coletiva neste tipo de trabalho. Como exemplo, é possível mencionar o depoimento dos voluntários V2, V3, V4, V6, dentre outros, os quais demonstraram o enriquecimento pessoal refletido em satisfação pessoal e aprendizagem pessoal. Por exemplo, as voluntárias V2, V5 e V3, afirmam:

Então, assim, a visão que eu tenho assim de antes e depois não muda muito. É o que eu posso dizer, depois é só uma concretização de um sonho, que é realmente o que eu esperava: sentir uma satisfação pessoal, uma realização própria e a concretização de um sonho.

Eu adoro, entendeu!...

Gosto demais, não só pelo fato de poder dar uma pequena ajuda, mas pelo meu prazer mesmo de vir aqui, entendeu, de conviver com essas pessoas, que é muito bom.

O trabalho voluntário significa uma autoestima pra mim no dia-a-dia da minha vida.

Já o depoimento da voluntária 4 V4 é bastante claro quando comunica, por meio de sua fala que prestar este tipo de atividade gera um sentimento de utilidade. Surge então outro tipo de símbolo dentro da imagem de enriquecimento pessoal, desta vez trazendo o voluntariado como forma de se considerar e sentir-se útil, em ocupação do tempo livre. Dessa maneira, constrói-se a representação social, por meio desta subcategoria de sentimento de utilidade, resgatando a imagem do voluntariado como uma maneira de suprir as necessidades de ocupação do tempo livre e obsoleto, unindo à simbologia de que o indivíduo está dando um sentido à sua própria vida sendo útil ao paciente. É sumariamente relevante salientar que em diversas vezes os voluntários responderam sentirem-se felizes em trabalhar na associação. Tal sentimento demonstra a imagem do voluntariado refletida em símbolos de alegria, memórias afetivas e sentimentos de prazer, de tal sorte que o imagético deste grupo indica a representação de se viver alegremente e em paz com a vida, apesar das adversidades pessoais. Assim, V4 e V10 afirmam que:

Agradeço a Deus por isso minha filha. Tenho minhas dores, tem dia eu venho mancando, mas venho. Tenho artrite nos dois joelhos. É horrível., mas eu venho. Quando eu vou trabalhar nas barracas, às vezes eu sento, porque não aguento. Mais estou ali, porque eu acho que sou útil na verdade.

Pra mim, ele representa um bem estar na minha vida por eu ter sido útil a alguém.

É possível, dessa maneira, somar o depoimento acima aos valores e crenças construídos em torno da realização desta atividade, expostos pela voluntária 5 V5, descortinando a partir da simbologia expressa na subcategoria do sentimento de utilidade e ocupação de tempo disponível (que em ordem de relevância, é a segunda conforme as falas dos voluntários entrevistados), algo que já se mostrava descrito, por exemplo, nos ensinamentos de França Filho e Salazar (2006), autores que trazem representações do voluntariado como relações repletas de significado e vínculos sociais. A voluntária 5 V5 afirma que:

É justamente isso... que eu tinha aquela disponibilidade de tempo, né? Pra não ficar à toa em casa. Então, eu procurei servir de alguma forma. Ocupar o meu tempo [...].

Assim, por meio dos depoimentos dos pesquisados, é possível mapear os valores e crenças que são construídos e/ou acalentados por esse grupo de voluntários, indicando uma representação social de materialização de condições necessárias para viver bem a vida. A identidade com a atividade é objetivada ao sentimento de enriquecimento pessoal por meio da satisfação pessoal, categoria de maior relevância (SAPIRO; MATTIELLO, 2016; WILSON; MUSICK, 1999).

Percebe-se ainda a ligação entre as subcategorias da satisfação pessoal e da aprendizagem, próxima subcategoria mencionada pelo depoimento da voluntária 5 V5:

Gosto demais, não só pelo fato de poder dar uma pequena ajuda, mas pelo meu prazer mesmo de vir aqui. Entendeu? De conviver com essas pessoas, que é muito bom, a gente aprende muito, principalmente com os doentes... A gente aprende muito.

Segundo Moscovici (2015), as pessoas são pensadoras ativas, reconstruindo as informações resultantes dos episódios diários das práticas sociais, construindo um diálogo do individual com o social, comunicando-se. O trabalho voluntário nasce como uma necessidade de enriquecimento pessoal surgindo como um elemento da representação social sobre este tipo de trabalho do grupo em questão, de acordo com manifestações recorrentes de quase todos os respondentes. As ancoragens e objetivações (MOSCOVICI, 2015) no cotidiano do grupo em torno desse elemento (enriquecimento pessoal) da referida representação social também fazem parte do cotidiano desses indivíduos.

Existe, ainda, a complexidade dos valores e crenças, expressos em imagens e símbolos revelados por esse grupo de voluntários. O enriquecimento pessoal, por meio da satisfação pessoal; do sentimento de utilidade e utilização do tempo livre, bem como, da aprendizagem gerada pela atividade surgem como representações sociais fortes no grupo. Apreende-se que a satisfação pessoal, sendo a subcategoria mais mencionada, possui vínculo com a realização pessoal (subcategoria de menor relevância aqui), denotando a dimensão resultados estudada por Domenegueti (2001). Tal simbologia está de acordo com os ensinamentos desta autora quando indica uma representação social materializada no viver bem a vida.

A ancoragem (MOSCOVICI, 2015) da satisfação em realizar o trabalho voluntário é algo bastante familiar a todas as voluntárias e dentro dessa dinâmica, o trabalho voluntário não é visto como um fardo, mas como uma oportunidade, muitas vezes vista, de trazer alegria,

não apenas ao próximo, mas aos próprios voluntários. Aqui, percebe-se o liame com o estudo de Cavalcante (2012), quando trata das imagens do voluntariado como uma atividade praticada por vontade própria, com benefícios mútuos para quem recebe e quem executa.

As diversas manifestações dos voluntários quanto à possibilidade de alcançarem aprendizado pessoal e bem-estar, se apresenta, para muitos deles, como uma fuga da rotina de donas-de-casa, da rotina diária, sendo vista como um encontro divertido. Tal aspecto condiz com os estudos de Wilson e Musick (1999) e Sapiro e Matiello (2016) que resultaram no entendimento de que o trabalho voluntário representa uma busca por desligar-se de sofrimentos e de problemas de outros contextos sociais, sendo um alívio, uma fonte de prazer e, embora não mencionado por esses autores, também de reflexão sobre a própria vida a partir de outra perspectiva, mais ampla, que contribui para explicar a noção de enriquecimento pessoal.

A seguir, conforme a ordem de relevância nas falas dos entrevistados, tem-se a categoria do altruísmo, que, por meio dos símbolos de caridade, dedicação, gratuidade e doação, traz outras subcategorias importantes para a representação social da atividade voluntária junto ao grupo pesquisado.

5.2.2 Altruísmo

Neste aspecto dos resultados, o Altruísmo foi a categoria que alcançou a segunda posição na hierarquia das frequências das Representações Sociais identificadas, as quais podem ser observadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Altruísmo

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(2) Altruísmo	2.2 Caridade	20	25,64%
	2.5 Dedicação	23	29,48%
	2.4 Gratuidade	20	25,63%
	2.1 Doação	15	19,23%
TOTAL		78	100,00%

Fonte: Elaboração própria

O amor ao próximo, refletido no altruísmo, que significa dedicação desinteressada ao próximo, vem ao encontro à função principal das representações sociais que, de acordo com Moscovici (1978, 2015), é tornar familiar aquilo que não é familiar. Uma das representações deste trabalho é ancorada no altruísmo, sendo que o mesmo é percebido como uma atitude boa e dever de todo indivíduo (DOMENEGUETTI, 2001). Esta é uma imagem que descreve bem a noção de altruísmo, ou seja, uma representação social da atividade voluntária, que emergiu do grupo pesquisado, denotando como se dá a construção social da realidade em que vivem.

O altruísmo, com foco em ajudar o próximo, é algo já identificado como relacionado ao trabalho voluntário, como evidenciado no estudo de Souza e Medeiros (2012) e Cavalcante et al (2012). Segundo estes autores o altruísta é o voluntário que possui a noção de auto sacrifício, denotando um sacrifício em favor do outro necessitado. Essa simbologia indica uma representação social que reflete a noção de deixar de pensar exclusivamente em si e enxergar o outro.

A representação e o significado da atividade, a qual é objetivada neste sentimento, conduz, ainda, a uma imagem construída a qual pressupõe trabalho não remunerado, desinteressado e encontra-se em seus símbolos, nesta ordem de relevância, mencionada nas falas dos entrevistados: caridade, dedicação, gratuidade e doação, onde o ato de se voluntariar é ancorado no ato de trabalhar sem remuneração e sair de si em direção ao interesse do outro, compartilhando experiências (CALDANA E FIGUEIREDO, 2008; DOMENEGUETTI, 2001). Conforme os aspectos principais desta atividade, considerando as imagens e os símbolos trazidos pela literatura sobre o voluntariado, apreende-se o vínculo desta categoria com os estudos de Cavalcante (2012), Giacomini-Filho e Almeida (2016), bem como, com o conceito legal firmado na Lei 9.680/98 (Lei do Voluntariado).

Assim, nesse contexto, ocorre uma ligação entre as categorias mais relevantes, quais sejam: o enriquecimento pessoal, por meio da satisfação pessoal; bem como, o altruísmo, por meio de seus símbolos, os quais retratam a representação social do trabalho voluntário desenvolvido na associação do voluntariado Vida Viva.

Este mesmo ato de voluntariar-se é objetivado nas experiências adquiridas no contexto da associação como um espaço social, de interação e harmonia, onde os acontecimentos cotidianos simbolizam o caminho percorrido pelos voluntários. Está, portanto, ancorado a um tipo de trabalho gratificante e gratuito, conforme relatado nas definições de Samuel (2016) e Giacomini-Filho e Almeida (2016). Estes autores o denominam como novo voluntariado,

independente e coletivo, que doa tempo sem remuneração, ocorrendo a satisfação mútua e coletiva.

A ação de servir, que representa o altruísmo, aparece com elementos ou símbolos ligados às subcategorias tais como caridade, dedicação, gratuidade e doação, que conforme Domenegueti (2001), trazem uma imagem de alívio de dores e sofrimentos, de acordo com o relato da voluntária V1:

Eu sinto, assim, que quando eu estava na minha casa, eu não sentia muito... O meu esposo primeiro faleceu, meu filho, passados três anos faleceu. Meu esposo ficou doente, teve um câncer na garganta. Aí, ele morreu e eu fiquei sem chão, sabe?... Não tinha ânimo pra nada na minha casa, ficava triste. Foi quando eu vim e conversei com a Layla e Joana e aqui foi que eu melhorei de todas as minhas tristezas, sabe?... Esqueci dos meus problemas tudo, sabe?

O primeiro símbolo do altruísmo é a caridade, mais relevante nas falas dos entrevistados, a qual significa uma ação altruísta de amor dedicado ao outro. Caracteriza o ser humano em sua essência de bondade (DOMENEGUETTI, 2001). As voluntárias V4 e V10 resumem muito bem a definição da atividade:

É amor...

Eu vejo... Aí, a voluntária vem duas ou três vezes. Aí, desiste e vai embora. É porque ainda não encaixou na pessoa que aquilo é por amor. Porque quando você faz por amor, minha filha, ninguém te segura.

O quê me mantém é o amor ao próximo.

Segundo Domenegueti (2001), o voluntariado é representado pela figura do pentágono, onde existe o amor, a caridade e a cidadania, dentre outros elementos. Este pentágono representa fielmente as falas dos entrevistados, sobretudo no que pertine ao presente símbolo, onde é possível perceber os valores e crenças que são resguardados por este grupo de voluntários. Algo que já se mostrava descrito por esta autora, a caridade, que em latim (*caritas*) significa graça e gratidão, demonstra a ligação do indivíduo com o bem-estar do outro, estando presente na maioria das religiões, sendo vista como uma virtude. Ilustrando, tem-se os dizeres da voluntária V2:

Acho que fazer o bem pra uma pessoa que você nem conhece, né. Igual a gente recebe tantas pessoas todos os dias, muitos a gente ainda conversa, outros a gente nem nunca mais vai ver. Então, eu acho que se dar um pouquinho desse seu tempo pra uma pessoa, né, que você nunca viu na vida. Eu acho que é muito significativo, porque faz você... como se fosse você. Acho que a maior dificuldade hoje é isso.

É muito fácil a gente fazer as coisas pra quem a gente gosta, pra quem a gente conhece, para nossa família. Eu acho que o difícil é fazer pelas pessoas que a gente não conhece, que não tem nenhum significado, um desconhecido que não tenha um

significado assim emocional, né, muito próximo da gente. Então, é isso que acho, assim, o mais bonito em ser voluntário aqui no Vida Viva.

Servir o outro, sabe, o que ele estiver precisando. Você pode ajudar no que ele precisa, seja ouvir, seja uma palavra amiga, seja um alimento. A gente está disponível para tudo isso.

Em seguida, a subcategoria da dedicação, simboliza uma ação altruísta a qual significa esforço, entrega, consideração, apreço e empenho, surgindo com grande relevância nas falas, sobretudo para a voluntária V6, que explica seu trabalho com um enorme sentimento de entrega naquilo que faz:

Nós entramos uma hora. O nosso horário era uma hora. Agora, entra às duas horas. Aí, nós vamos na parte da oncologia inteirinha. São três corredores. Aí, a gente vai de quarto em quarto. Aí, a gente entra e conversa um pouquinho, sempre com um sorriso no rosto, que é importante pra eles isso.

A voluntária V1 possui esse mesmo valor de dedicação:

Faço com muito prazer, gosto demais.

Sempre eles me procuram e me pede alguma coisa. Eu faço. Às vezes pede uma fruta. Tem filho que os pais está na pensão, lá. Vai que tá fraquinho e não está aguentando ir lá. Pede... Vou lá, lavo muito bem lavadinho, uma maçã, umas laranjas.

Somando-se aos valores e crenças até então construídos em torno da atividade, a gratuidade é o próximo símbolo que surge como outra ação altruísta, possuindo a simbologia de se estender a mão, oferecer de graça, com espontaneidade e sem qualquer outro motivo (DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS, 2018). Conforme a voluntária V2, esta é a percepção e imagem da atividade voluntária:

A minha visão antes era assim, é eu sempre tive um trabalho voluntário também como uma forma de agradecer a Deus, né, por tudo que tenho. Sabe, eu acho que sempre tive de tudo, muita saúde, família, amigos. Consegui realizar todos os meus sonhos, estudar, fazer uma faculdade. Eu viajei para fora, eu consegui um bom emprego, conheci o homem da minha vida, que eu amo muito. Casei, tive filho. Quer dizer, foi uma sequência assim tão bonita, normal de uma vida de uma pessoa. Eu sempre quis muito agradecer a Deus por tudo isso. Eu acho que o reconhecimento, né, o agradecimento poderia vir de um trabalho voluntário. É, fazer pelos outros sem receber nada em troca, né? Agradecer pelo tudo que eu tenho hoje.

Segundo o conceito trazido pela Lei 9680/98, o trabalho voluntário pressupõe que seja sem remuneração, ou seja, gratuito. Essa imagem de gratuidade surge diversas vezes nas falas dos entrevistados, conforme os voluntários V2 e V3:

A gente não espera nada em troca, né? Tem gente que entra e sai... não agradece e não fala nada, né?

Então, eu pensei em fazer uma coisa diferente, porque a gente faz as coisas pra gente, que a gente conhece. É fácil. Mas você fazer uma coisa para uma pessoa que você não conhece e não esperar nada de volta...

Eu penso que a razão em si foi voltado na questão, assim, de fazer alguma coisa pra uma pessoa que realmente tivesse precisando de uma ajuda, né? Sem que eu esperasse alguma coisa em troca.

Por fim, a subcategoria da doação, a qual possui o significado de se doar em favor do outro, simbologia expressa na definição da atividade, segundo os voluntários V3, V5, V7 e V10 :

Para mim, o trabalho voluntário é uma entrega, é uma doação do meu tempo pra aquela pessoa que está mais frágil, que está necessitando de uma ajuda. Eu poderia definir isso como uma doação do meu tempo.

Isso aí... a gente pode dar um pouco da gente pra quem está precisando.

Para mim, o trabalho voluntário é você se doar para outra pessoa, você doa o seu tempo a favor de alguma causa e pro bem estar e outra pessoa.

Pra mim, o trabalho voluntário é uma doação do seu tempo pra ajudar aquele que precisa de mim. Isso é muito importante.

E, por diversas vezes, as imagens, símbolos, crenças e valores encontram-se entrelaçadas nas respostas dos voluntários. Segundo o depoimento da voluntária V11, a imagem da atividade voluntária envolve caridade e doação. Senão vejamos:

O trabalho voluntário é para mim como se fosse a outra metade. Uma metade é obrigação, a outra metade é fazer caridade. É doação... como se diz isso... Que minha mãe me ensinou toda vida. Então, o voluntariado faz parte da minha vida como doação.

Segundo Domenegueti (2001) a doação é uma ação que está ligada ao elemento do amor como um agente de doação perfeita, sendo que o voluntário V3 reafirma essa percepção de doação quando encontra nesta subcategoria a razão que o levou à realização desta atividade, percebendo-a, realmente, como uma forma de doação.

5.2.3 Solidariedade

A solidariedade é a terceira categoria que nasce das falas dos entrevistados. Apreende-se seus símbolos por meio de suas subcategorias quais sejam: cooperação com as necessidades do outro, mutualidade e empatia, nesta mesma ordem de aparição e relevância, segundo as falas dos voluntários (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Solidariedade

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(3) Solidariedade	3.3 Coop. Outro	37	67,27%
	3.4 Mutualidade	11	20%
	3.1 Empatia	7	12,72%
	TOTAL	55	100%

Fonte: Elaboração própria

Nesse caminho, o valor da solidariedade reflete ajuda, humanidade, amparo ao outro, sendo uma qualidade do indivíduo em ser solidário. É outro aspecto que surge nas falas dos voluntários e um símbolo que já se mostrava descrito por autores que conduzem seus estudos baseados nesta representação, conforme Dal Rio (2004); Domenegueti (2001) e Samuel (2016).

O discurso dos voluntários entrevistados pode ser visto, através da solidariedade como prática social e cidadã retratando a vivência cotidiana e seu desejo de mudança por meio da percepção do mundo e das situações vividas (MOSCOVICI, 2015). Dessa maneira, observou-se que o voluntariado serve para diferentes funções, sejam elas pessoais e ou sociais, existindo modalidades de atuação, direcionadas, por exemplo, à expressão de valores como a solidariedade (MARISA et al, 2008).

Os depoimentos dos voluntários V3, V11 e V12 denotam a solidariedade, sobretudo, por meio do símbolo da cooperação com o outro, subcategoria de maior relevância, que reflete ajuda interessada em suprir a dificuldade do outro:

Eu penso que a razão em si foi voltado na questão de fazer alguma coisa pra uma pessoa que realmente estivesse precisando de uma ajuda, né?

A razão que me levou a prestar a atividade foi o desejo de ajudar quem precisa.

Em seguida, a subcategoria da mutualidade, outro aspecto encontrado nas falas dos entrevistados, sendo a segunda subcategoria em grau de relevância dentro da categoria da solidariedade. A mutualidade significa reciprocidade e de acordo com os voluntários V15 e V5 esta é uma das imagens da atividade voluntária:

Eu venho pra cá atrás de coisas boas, você servir de consolo para outras pessoas. Então, assim, é uma troca. E é uma troca boa Porque na verdade eu troco carinho por carinho. Eu dou carinho e recebo carinho. O benefício é meu também. E eu quem ganho mais, com certeza.

Por isso que eu falo que eu acho que é até mais importante para o voluntário.

Por isso que eu acho muito bom não só pra quem a gente ajuda como pra gente mesmo. Aliás, acho que é mais gratificante para gente,

E, por fim, nas atividades de voluntariado desenvolvidas na associação “Vida Viva” observou-se gestos ligados à empatia, terceira subcategoria da solidariedade, que reflete uma ajuda feita face a face, olho no olho, presencialmente, sendo o ato de colocar-se no lugar do outro, imediatamente. Neste aspecto, os depoimentos dos voluntários V11 e V14:

Toda vida o que toca é o paciente chegar desesperado achando que vai morrer. Isso aí toca a gente.

Porque o trabalho voluntário não é só aquilo que a gente faz lá. Mais é um apoio de um sorriso, de uma conversa, de um apoio além do material. Eu acho que ali é muito importante dizer um bom dia e dar um sorriso, um aperto de mãos.

É possível, dessa forma, buscar os estudos de França Filho e Salazar (2006) no que pertine às imagens do voluntariado que refletem uma relação menos utilitária, com aspectos subjetivos e relações com significado. Significado este firmado na subcategoria da empatia.

Assim, de acordo com os relatos obtidos e, sobretudo, a observação participante realizada por dois meses no contexto do trabalho desenvolvido na associação, foi possível mapear estes valores e crenças, ao quais são demonstrados por este grupo, compondo a representação social do trabalho voluntário em questão como sendo uma imagem da atividade intimamente ligada a sentimentos e comportamentos mais substantivos.

5.2.4 Pertencimento

A quarta categoria é o pertencimento, constitui em um valor de pertença, em relação à associação, compondo e fazendo parte da mesma. Ela é distribuída em duas subcategorias, como podem ser vistas na Tabela 6. A primeira encontra-se direcionada à necessidade de desenvolver relações interpessoais e novas amizades. Já a segunda, conforme mencionado pelos entrevistados, reflete o desenvolvimento de vínculo com a associação. Dessa forma, a imagem do voluntariado como uma forma de pertencimento é materializada nas relações interpessoais e na necessidade de novas relações de amizade, bem como, na busca de vínculos com a associação.

Tabela 6 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Pertencimento

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(6) Pertencimento	6.2 Rel Interp/Novas Amizades	19	61,29%
	6.1 Vínculo Assoc.	12	38,70%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaboração própria

A primeira subcategoria que surgiu no transcorrer das entrevistas é o relacionamento existente entre os voluntários, onde existem relações interpessoais relevantes que se traduzem em ganhos, em aceitação pelos outros voluntários e em grande amizade uns pelos outros, indicando uma representação social de materialização de relações entre amigos. Tal simbologia foi relatada pelos voluntários, em sua grande maioria, sobretudo no depoimento do voluntário V15:

É um ambiente onde nascem laços de amizades e interação constante gerando muita alegria e felicidade.

De acordo com as falas dos entrevistados, percebeu-se que os voluntários associam suas crenças e símbolos à tendência a estabelecer contatos interpessoais afetuosos. Durante a observação participante ocorreram muitas conversas enquanto os voluntários trabalhavam, simbolizando momentos de descontração, diversão e troca de informações entre os voluntários. Os mesmos falavam de festas, aniversários, bailes, eventos da associação, relatando que se trata de um ambiente saudável, trazendo o símbolo do voluntariado refletido

no bem-estar desses voluntários. Simbologia expressa, inclusive, nas rezas católicas, as quais ocorriam em alguns momentos, sobretudo, na hora do café.

Dessa maneira, as manifestações, gestos, atitudes, comportamentos e valores demonstrados na VIDA VIVA colocam, ainda, o imagético de pertencimento como um elemento articulado simbolicamente ao trabalho voluntário. Assim, o voluntário na VIDA VIVA busca usufruir de algo quando se torna um voluntário na associação como fazer parte de um grupo e ter amigos. Ou seja, foi observada uma articulação adequada do envolvimento emocional entre os voluntários e a VIDA VIVA. Como destacado por Wilson e Musick (1999) e Sapiro e Matiello (2016), a atenção a esse envolvimento oferece contribuições para o trabalho voluntário, o que foi identificado neste estudo.

Considerando-se a dinâmica da construção da representação social sobre o trabalho voluntário na VIDA VIVA, as imagens e símbolos surgem articuladas entre si, formando elos de amizade entre os voluntários ao estabelecerem a dinâmica da construção da representação social sobre o trabalho voluntário (MOSCOVICI, 2015). De tal modo que é possível mapear valores e crenças que são caros aos voluntários. A amizade surge como um desses valores, conforme o depoimento da voluntária V1:

É, todo mundo, eu tinha vergonha de sair sabe! Até na minha casa assim os filhos do meu esposo gostava muito de festa, sempre chamava. Eu falava... ai meu Deus, não sou muito chegada nestas coisas, tanto da família do meu esposo e da minha família. Quando era aniversário eu não sentia tão feliz. E hoje, aqui, eu aproveito, eu saio com eles, estudo com os voluntários.

O mesmo ocorre nas falas dos V3 e V10, quando afirmam possuir um bom relacionamento com a turma, afirmando que formaram um grupo de amigos. A voluntária V5, por exemplo, afirma que faz parte da associação desde sua criação há mais de 20 anos, compondo a primeira turma de voluntários. Esta voluntária salienta que quando a associação iniciou todo mundo era amigo:

Da primeira turma eu fui colega da Meryvone no Colégio do Santos Anjos, da Liginha, de todo mundo que começou aqui... A gente... foi justamente a Liginha Braga que começou junto com a Meryvone e elas foram chamando as amigas.

Neste ponto do trabalho, é possível cotejar as subcategorias de tal sorte que eles se vinculem e se relacionem. Assim, no que pertine ao vínculo com a associação, o qual reflete a grandeza e o respeito da Vida Viva, sobretudo, simbolizando uma maneira positiva e responsável de se realizar o trabalho voluntário perante toda a comunidade a qual pertence.

A associação de imagens que os voluntários fazem no que pertine ao fato de vários voluntários ingressarem na atividade após terem passado (ou algum familiar) pela doença, remete à subcategoria do vínculo com a associação, por se tratar de uma instituição de voluntariado a qual trabalha com pacientes oncológicos. Os voluntários V7, V8, V11, V14 imaginam a representação social da atividade, trazendo o símbolo do voluntariado como uma forma de vínculo com a associação.

Olha, eu sempre tive vontade de fazer trabalho voluntário, mas eu nunca sabia que caminho sabe. Aí, eu tive um problema de saúde, eu tive câncer. Aí, o Vida Viva é uma instituição que ajuda as pessoas com câncer e eu acredito que isso me levou a ter me levado pra lá

Sabe como que eu comecei a fazer o trabalho voluntário? A minha cunhada, ela morreu de câncer. Então, quando a gente ficou com ela lá no hospital, aí depois menina, eu comecei. Aí, eu falei: nossa! Depois, ela fez o tratamento tudo lá, a gente estava lá com ela.

Bom, primeiro, para acompanhar a minha mãe. E a segunda parte do voluntariado Vida Viva é porque eu sou ex paciente oncológica.

Porque eu tive um irmão que esteve doente e eu estive ali com ele e via toda a situação. Eu acompanhei meu irmão do início ao fim da doença.

Neste ponto, somando-se os valores e crenças construídos em torno da atividade, encontram-se os estudos de França Filho e Salazar (2006), demonstrando que a imagem do voluntariado está repleta de relações com significado e vínculos sociais, os quais são reafirmados pelas falas dos entrevistados.

5.2.5 Resgate de sentido à vida

A quinta categoria descortinada pelas falas dos entrevistados é denominada resgate de sentido à vida, possuindo como subcategorias, em grau de relevância: a superação de adversidades pessoais, a revalorização da vida e a ressignificação do cotidiano, nessa ordem, ver Tabela 7.

Tabela 7 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Resgate do Sentido à Vida

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(9) Resgate do Sentido à Vida	9.2 Superação de adversidades pessoais	9	50%
	9.3 Revalorização da Vida	6	33,33%
	9.1 Ressignificação do cotidiano	3	16,66%
TOTAL		18	100%

Fonte: Elaboração própria

O resgate de sentido à vida busca por um novo caminho que direcione e faça sentido. Nesse espeque, a primeira subcategoria denota resiliência como uma forma de superar adversidades. Está presente na fala da voluntária V1 trazendo uma imagem do voluntariado como uma forma de superação pessoal:

Eu sinto assim Lú, que quando eu estava na minha casa, eu não sentia muito... O meu esposo primeiro faleceu, meu filho, passados três anos meu filho faleceu. Meu esposo ficou doente, teve câncer na garganta. Aí, ele morreu no dia dezoito de julho de 2015 e eu fiquei assim muito sem chão sabe... Não tinha ânimo pra nada na minha casa, ficava sempre triste. Ficava feliz quando o meu filho estava comigo, mas ele precisa ir trabalhar. Aí, durante o dia não ficava feliz, sentia muito triste. Aí quando foi no final de outubro eu vim aqui, conversei com a Elaine, com a Layla e Joana e aqui foi que eu melhorei todas as minhas tristezas sabe, e comecei fazendo as coisas tudo na santa fé, um pouquinho de café, comecei a ajudar na cozinha.

Já quanto à segunda subcategoria, qual seja: a revalorização da vida, reflete um redirecionamento da vida dos indivíduos voluntários, simbolizando uma busca por novas formas de se viver positivamente, novas maneiras de se ver a vida em harmonia com o mundo. Observa-se que o voluntário V3 o considera como uma representação social da atividade. Assim:

Vejo que é um trabalho assim... faz muito bem pra mim, porque eu vejo que muitas vezes a nossa vida é tão frágil, que a gente se depara em situações com outras pessoas que estão lá tratando de determinadas doenças, às vezes terminais, né!. A gente tem que agradecer a Deus a todo momento por estar com saúde, estar bem. Eu vejo que por pequeno que seja esse trabalho voluntário lá, esta servindo café para os pacientes... Mas a gente vê que é algo que pra eles é muita coisa, que deixa eles felizes, mais contentes, né! Eles sentem-se amparados, eles falam assim Deus abençoe esse café que você está trazendo pra gente aqui. E a gente vê que é um pequeno gesto mais representa pra gente uma coisa assim grandiosa perante a situação que eles estão passando. A gente se depara com pessoas que a gente conhece, com pessoas que são crianças, adolescentes, idosos. Então, infelizmente, essa doença não escolhe a idade, passa por todas as pessoas-

Tal simbologia denota o vínculo com uma relação menos utilitária, conforme França Filho e Salazar (2006), sendo que a revalorização da vida surge do depoimento do voluntário V3, em outro trecho, a seguir:

É... eu digo que quando eu comecei a participar como voluntário do Vida Viva é que eu aprendi a ter uma visão diferenciada do valor da vida, né! Eu já tinha essa concepção, mas quando eu comecei a participar e você se depara com pacientes né! Eu me perguntava será que eu tenho algum problema? Será que a minha vida assim tá tão difícil e essa pessoa que está aqui porque, às vezes, a pessoa sai de uma cidade anda 250 Km de carro pra chegar aqui pra fazer um tratamento. Volta pra casa de noite, pra no outro dia sair às 3 horas da manhã. Volta e vem de novo... porque se a pessoa tem dinheiro, ela consegue ficar numa pensão. Se não, ela tem que fazer esse bate e volta todo dia, né! Às vezes, a maioria das prefeituras tem ambulância para trazer. Mas eu penso assim: e o desgaste dessa pessoa né! Eu comecei a refletir isso, que o problema muitas das vezes que a gente tem em casa, seja no relacionamento

do casal ou com os filhos, ele é muito pequeno diante daquilo que a pessoa está passando. Então, eu aprendi a valorizar mais ainda a minha vida e a outra pessoa, passo isso para as outras pessoas quando a pessoa vem me questionar. Aí, pergunto: Você já foi lá no Vida Viva, você já passou por lá, ficou lá um dia de experiência pra você ver o que aquelas pessoas estão passando? Seu filho está bem de saúde, sabia que tem uma criança de dois anos que estava tratando de um câncer nos ossos? Comecei a valorizar cada minuto, cada dia da minha vida, né! Ver que diante de tantas situações que a gente passa, quando a pessoa está naquela situação, pode ser a pessoa mais rica do mundo, se ela chegar pro médico e falar: a minha fortuna está toda aqui, que você me cura. Ele vai falar: o mesmo medicamento que você está usando é o que aquele pobre está usando. Então, é tudo igual, não tem diferença, seja rico ou pobre mesmo, o tratamento é o mesmo.

A terceira subcategoria, ressignificação do cotidiano, aponta novo significado aos acontecimentos, por meio de mudanças de visão do mundo, olhando o mundo de forma melhor, mais agradável e positiva, e assim, somando-se aos valores e crenças construídos em torno da atividade. Esta subcategoria encontra-se vinculada à primeira subcategoria pelo enfoque de um resgate de sentido à vida, posto que a voluntária V1 afirma que a tristeza que sentia findou-se com a realização da atividade, surgindo uma nova forma de vida em seu cotidiano:

Graças a Deus eu fico sozinha na minha casa, eu falo assim: meu pai, Deus é muito bom pra mim, me deixou muito feliz. Eu não tinha gosto, eu não tinha vontade de ligar um rádio, sabe... ligava a televisão e desligava. Hoje, eu dou a vida pra ouvir um rádio, assistir uma televisão.

Porém, esta representação social que emergiu na pesquisa trazendo uma imagem do voluntariado como uma forma de ressignificação do cotidiano não está contemplada na literatura revisada.

5.2.6 Transformação social

A sexta e última categoria elencada é a transformação social, a qual possui duas subcategorias com mesmo grau de relevância: contribuição social e preocupação social, as quais podem ser constatadas na Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Frequências e porcentagens das subcategorias de Transformação Social

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	(%)
(7) Transformação Social	7.2 Contrib/Preocup. Social	5	100%
	TOTAL	5	100%

Fonte: Elaboração própria

A imagem da transformação social remete aos diversos valores e crenças sobre o voluntariado relacionados à cidadania, conforme Domenegueti (2001) e Samuel (2016). Os símbolos, que são as subcategorias, estão conforme o valor de novo voluntariado delineado por Giacomini-Filho e Almeida (2016) quando retratam a emergência da sociedade civil, bem como, pertinentes à crença da atividade formada pelo Centro de Voluntariado e São Paulo (2011) no que tange às causas de interesse social e melhora da vida comunitária. E, ainda, a imagem do voluntariado como um ator social e agente de transformação, trazida pela Fundação Abrinc (1995).

Segundo o depoimento da voluntária V6, a imagem da atividade voluntária está ligada a estes símbolos de contribuição e preocupação social, quando afirma que faz parte de sua vida procurar fazer alguma coisa. Compartilhar suas competências, seus dons e talentos para contribuir no mundo, demonstrando responsabilidade com os problemas que afetam a sociedade, almejando a transformação social:

Então, eu acho que a minha obrigação é fazer alguma coisa pelos outros, tentar melhorar um pouquinho a vida aqui no mundo, né!

Neste mesmo sentido, a voluntária V7 salienta sua preocupação social e a vontade de poder retribuir socialmente, por meio de um ato de cidadania, algo que já se mostrava descrito por autores que trazem representações nesse sentido, como Domenegueti (2001) e Dal Rio (2004). Assim é a fala desta voluntária no que tange à imagem do trabalho realizado:

Eu conheci como é importante... eu acho que mudou foi a minha percepção quanto a isso. Só que eu vejo a grandiosidade dos trabalhos, né! Não só do Vida Viva, mas quanto de outras instituições. Como é importante e porque às vezes só o governo, só a sociedade, não consegue se não tem o trabalho voluntário por trás, né! Não consegue chegar ao objetivo.

O voluntário V13, possui um entendimento mais crítico, trazendo uma imagem do voluntariado como forma de cidadania e responsabilidade social, segundo a representação de autores como Araújo (2008), Fontes (2010) e Montaña (2010):

Se eu perceber que a entidade está caminhando para o interesse político e econômico, eu largaria. Hoje isso não acontece. Mas se acontecer, eu paro de trabalhar lá.

E, por fim, o voluntário 15 (V15) salienta a necessidade dos colégios, de uma maneira geral, em terem uma matéria específica sobre o trabalho voluntário, afirmando que seus filhos prestam a atividade no Lar São Vicente, sendo uma imagem de preocupação social. A vontade de contribuir socialmente destes voluntários está de acordo com a literatura estudada, sobretudo quando aos símbolos ligadas à cidadania, causas de interesse social e melhora da vida comunitária, bem como, a imagem de um novo voluntariado, coletivo, independente, trazendo a emergência da sociedade civil (CENTRO DE VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO, 2011; DAL RIO, 2004; DOMENEGUETTI, 2001; GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016).

6 NÚCLEO CENTRAL

No que tange às representações sociais, Sá (2002) desenvolveu a Teoria do Núcleo Central demonstrando que existe um sistema composto pelo denominado sistema periférico e por um núcleo central. Núcleo Central este formado pela imagem do altruísmo e seus símbolos da caridade, dedicação, gratuidade e doação, a qual, de acordo com as respostas dos voluntários, é uma categoria imanente à representação social do trabalho voluntário deste grupo pesquisado, sendo uma imagem que aparece com frequência associada ao trabalho voluntário. O amor ao próximo, refletido no altruísmo (Teoria do Núcleo Central desta Representação Social), vem de certa forma de encontro à função principal das representações sociais que, de acordo com Moscovici (1978, 2015), é tornar familiar aquilo que não é familiar.

E, ainda, o núcleo central desta representação social está composto pela imagem do enriquecimento pessoal (por meio dos símbolos da satisfação pessoal e autoestima), a qual, também de acordo com as falas dos entrevistados, é uma representação intrínseca a esta atividade desenvolvida na associação.

Todavia, a TRS segundo Moscovici (2015) retrata que a ausência de conhecimento adequado impede a ancoragem adequada do objeto de estudo, neste caso, o trabalho voluntário. Este é representado como um objeto instável e fluído, porém, familiar. Nesse ínterim, a necessidade de conhecimento mais substancial e profundo da cultura de organizações do terceiro setor, sobretudo, aquelas que prestam a atividade voluntária, posto que a representação social do trabalho voluntário possui valores, crenças, imagens e símbolos peculiares e específicos em relação às demais representações sociais existentes, como por exemplo o símbolo do amor ao próximo, a qual aparece com frequência associada ao trabalho voluntário, refletido no altruísmo, bem como, a imagem do enriquecimento pessoal refletido na satisfação e realização pessoal.

Nesse compasso, a semelhança de pronunciamentos feitos por indivíduos de um grupo demonstra que pensaram juntos sobre os mesmos assuntos. Se constrói representações para se remeter a uma realidade porque existem representações que respaldam comportamentos, valores e crenças. No presente estudo, o núcleo central da representação social do trabalho voluntário desenvolvido por este grupo de voluntários é formado pela imagem de amor ao próximo retratado no altruísmo, bem como, de enriquecimento pessoal, por meio dos

sentimentos da satisfação pessoal, observando-se a ancoragem dessas ideias à imagem da atividade voluntária (SÁ, 2002).

De acordo com a Figura 5 abaixo, percebe-se mais claramente o núcleo central da representação social do trabalho voluntário desenvolvido pelos sujeitos participantes desta pesquisa, bem como, os elementos pertencentes ao sistema periférico, conforme os ensinamentos de Sá (2002).

Figura 5 – Núcleo Central e Sistema Periférico



Fonte: Elaboração da autora

Nesse compasso, percebe-se que existe um elo entre os elementos periféricos e o núcleo central, onde os primeiros gravitam em torno do núcleo com uma função de fortalecê-lo, bem como, formando uma conexão entre as categorias e subcategorias da representação social estudada neste trabalho (SÁ, 2002).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral deste trabalho que consistiu no mapeamento das representações sociais do trabalho voluntário, considerou-se que existe um campo de estudos em transformação decorrente das interações entre as práticas diárias e as representações sociais criadas e compartilhadas na associação objeto deste estudo, o que nos permitiu traçar as linhas básicas da representação social do trabalho voluntário desenvolvido na Associação do Voluntariado Vida Viva, de Varginha/MG.

No contexto da Vida Viva, foram identificadas seis categorias de análise, a saber, o Enriquecimento Pessoal, Altruísmo, Solidariedade, Pertencimento, Resgate de sentido à vida e Transformação Social, por meio de seus símbolos (satisfação pessoal, sentimento de utilidade, aprendizado e realização pessoal; caridade, dedicação, gratuidade e doação; cooperação com as necessidades do outro, mutualidade e reciprocidade, empatia; desenvolvimento de novas amizades e relações interpessoais, vínculo com a associação; superação de adversidade, revalorização da vida e ressignificação do cotidiano; contribuição e preocupação social), ancorados na vivência diária dos participantes da pesquisa e objetivadas em seus discursos.

Neste caso, observou-se uma predominância das categorias Enriquecimento Pessoal, por meio da satisfação pessoal apresentada, seguida pela categoria Altruísmo, sendo constituída pela caridade, dedicação, gratuidade e doação. Dessa maneira, estas imagens e símbolos formam o denominado núcleo central da representação social do voluntariado Vida Viva, de Varginha/MG.

Esses resultados partiram do depoimento dos voluntários ao relatarem nas entrevistas e, também, reveladas nas observações realizadas que estão satisfeitos com seu trabalho por este trazer um bem-estar físico e emocional para eles, reforçando os estudos de Domenegueti (2001), quem relatou que o trabalho voluntário pode proporcionar uma relação de duplo benefício, tanto para quem presta quanto para quem o recebe. Em relação ao Altruísmo, este foi possível ser observado principalmente pela gratuidade do trabalho voluntário e pela ênfase dada à caridade no sentido de refletir o amor ao próximo, percebida como virtude pelos próprios voluntários

Tendo em consideração o predomínio das categorias de Enriquecimento Pessoal e de Altruísmo, cabe ressaltar o perfil dos voluntários, o qual foi constituído por uma presença feminina de 87%, formada principalmente por mulheres que não possuíam atividade

profissional externa ao lar, além disso, os resultados apontaram uma maioria absoluta de aposentados e, por fim, de 80% de voluntários que professavam a religião cristã. Partindo dessas características, observou-se uma congruência com a predominância das duas categorias citadas anteriormente por três motivos. O primeiro remete à relação da aposentadoria e o trabalho voluntário, por este permitir a continuidade do desenvolvimento de atividades pelos voluntários em um momento de distanciamento profissional, os quais veem um significado social ao fazer parte de um novo grupo. Também em relação ao Enriquecimento Pessoal, cabe salientar que mulheres, sem atividade profissional, podem estar vendo no trabalho voluntário uma oportunidade de emancipação social ao desempenhar atividades externas às domésticas. O terceiro motivo se dá na proximidade entre os valores cristãos com o Altruísmo, ao defenderem a benevolência e o amor ao próximo como fundamentos da tradição da Igreja.

No que pertine à Solidariedade, cujo valor reflete ajuda, humanidade e amparo ao outro, ficou evidente nas falas dos voluntários uma proximidade com os valores de Altruísmo ao ser descrita na prática social ao envolver o cotidiano da organização em torno da preocupação e da percepção de mundo em situações vividas, mas no que tange ao interesse da ação, essas duas categorias divergem em seus objetivos, sendo esta não conduzida por um caráter desinteressado.

A quarta categoria revelada neste estudo remete ao Pertencimento, o qual se compreende na necessidade de formação de vínculos sociais e afetivos no ambiente de trabalho, bem como, no sentimento de pertencimento à associação. Este resultado reforçou o entendimento de que o voluntário da Vida Viva está inserido em um *locus* construído por relações simbólicas onde existe uma constante construção da realidade cotidiana e social na associação que o faz estabelecer vínculos de fidelidade com a entidade, tendo em vista que a média de permanência como voluntários foi de mais de dez anos.

A quinta categoria de Resgate do Sentido da Vida emergiu trazendo três símbolos. O primeiro símbolo do voluntariado foi relacionado com a forma de superação de adversidades pessoais por meio da resiliência. O segundo refletiu um redirecionamento da vida dos voluntários principalmente relacionado a uma busca por novas alternativas de vida após a ocorrência de traumas familiares como, por exemplo, a perda de entes queridos. Quanto ao terceiro símbolo, de ressignificação do cotidiano, este não foi contemplado em estudos anteriores, mas se constituiu nesta pesquisa como uma mudança de visão a respeito do mundo, olhando-o positivamente.

A Transformação Social foi a categoria menos mencionada pelos entrevistados. Este resultado pode remeter a um envolvimento sociopolítico ainda incipiente na sociedade

varginhense pelos voluntários que participaram desta pesquisa, tendo em vista a reduzida carga horária de trabalho ofertado na associação, o que pode não proporcionar uma atuação nesse sentido de alteração do *status quo*.

Em relação às limitações deste estudo, dois aspectos foram principalmente evidenciados. O primeiro se refere à limitação da amostra que foi constituída de 15 voluntários que participaram das entrevistas, tendo em vista que o número atuante durante o período deste estudo era de cerca de 270 voluntários. O segundo aspecto está relacionado ao momento em que foi realizada a observação participante, sabendo que durante esse período não ocorreram nenhum dos principais eventos socioculturais do calendário da associação, os quais são característicos e reconhecidos na atuação da entidade no município.

Sugerem-se a partir deste trabalho que, em futuras pesquisas, sejam abordadas as representações sociais em organizações filantrópicas que atuem em áreas diversificadas, como, por exemplo, entidades culturais, educacionais e de proteção ambiental, a fim de discutir a permanência ou divergências entre os resultados. Cabe também realizar pesquisas que discutam categorias como imagens, símbolos e valores que são compartilhados em torno da atividade voluntária, permitindo assim um detalhamento dessas representações sociais.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004.
- ALVES, M. A. Terceiro setor: as origens do conceito. In: Encontro Anual da Anpad, v. 26, 2002. Salvador. **Anais do XXVI ENANPAD**
- ANDRADE, J. G. F. de. **O padrão emergente de intervenção social e a hipertrofia de um (novo) voluntariado**. 2011. 183. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.
- _____. Redução do Estado e o (novo) voluntariado. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 43-58, 2015.
- ARAÚJO, J. M. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008
- ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO VIDA VIVA. **Livro de Atas das Assembleias**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **Plano de Ação de 2014**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas em 2013/2014**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **Estatuto Social da Associação VIDA VIVA**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **Manual da Voluntária/diretriz de trabalho da voluntária**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **Café com Prosa**. 2016. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2017
- _____. **A persistência fez nossa história**. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br/historia.asp>>. Acesso em: 9 de maio 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENDASSOLLI, P. F. **Psicologia e trabalho: apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 42-62.

BRANCO, M. A. O.; TOMANIK, E. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. **Psicol. Soc.**, v. 24, n. 2, p. 402-411, ago. 2012.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 9-16.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o trabalho voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 fev 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CALDANA, A. C. F. et al. Sentidos das ações voluntárias: desafios e limites para a organização do trabalho. **Psicol. Soc.** v. 24, n. 1, jan./abr. 2012.

CALDANA, A. C. F; FIGUEIREDO, M. A. C. O voluntariado em questão: a subjetividade permitida. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 466-479, set. 2008.

CAMARGOS, A. A. M. **Direito do trabalho no terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARNEIRO, A. P. **Diálogo social e neoliberalismo**: análise comparativa dos conselhos econômicos e sociais da Espanha, de Portugal e do Brasil (1991-2016). 2016. 251 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016.

CARNEIRO, C. **Percepção de identidades do trabalho voluntário**: Estratégias de Sobrevivência. 2001. 96 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2001.

CARVALHO, V. D.; SOUZA, W. J de. Pobres no ter, ricos no ser: trabalho voluntário e motivação na pastoral da criança. **RAC**, Curitiba, v.11, n. 2, abr./jun. 2007.

CAVALCANTE, C. E. Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 161-182, jul./dez. 2013.

CAVALCANTE; C. E. et al. “Por que sou voluntário?”: etapa de construção de Escala. **Revista Pretexto**, v. 13, n. 2, p. 76-90, abr./jun. 2012.

CENTRO DE VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO. **Seja voluntário**: legislação. 2011. Disponível em < http://www.voluntariado.org.br/seja_voluntario/legislacao.htm> Acesso em: 26 maio 2016

CHAPLIN, C. **Vida e pensamentos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 1997

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005

CUNHA, M. P. **Os andaimes do novo voluntariado**. São Paulo: Cortez, 2010.

DAL RIO, M. C. **O trabalho voluntário**: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DAMIÃO, V. A. N. **O público e o privado no Sistema Local de Assistência Social do município de Varginha**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2014.

DEJOURS, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Tradução de Frank Soudant. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo, 2008.

DIAS, R. A. M; PALASSI, M. P. Produção científica sobre o voluntariado: uma análise a partir dos artigos publicados nos principais eventos e revistas nacionais de administração. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ISTR Y CIAGS/UFBA, 2007. p. 1-16.

DOMENEGUETTI, A. M. M. de S. **Gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Editora Esfera, 2001.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 209-238.

DUVEEN, G. Prefácio. In: **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 7-28

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 27-51.

FRANÇA FILHO, G. C.; SALAZAR, C. R. S. Por uma crítica anti-utilitarista da gestão do voluntariado: reflexões à luz do caso das obras sociais Irmã Dulce (OSID). In: ENCONTRO DE ESTUDOS OORGANIZACIONAIS, 4., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2006.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. 7ª. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 35-42

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz: EDUFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Pesquisa Itaú Social Voluntariado 2014**. Disponível em <<http://www.fundacaoitausocial.org.br/acontece/noticias/estudo-Revela-Que-A-Cada-Dez-Brasileiros-Três-Já-Atuaram-Como-voluntarios.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

GASPAR, Y. E. **Ser voluntário, Ser realizado**: Investigação fenomenológica numa instituição espírita. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GIACOMINI-FILHO, G.; ALMEIDA, R. C. O novo voluntariado e a comunicação de ONGs no contexto da América Latina. **ECCOM**, v. 7, n. 14, jul./dez. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 95-126

GUARESCHI, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p.153-181.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

_____. **Censo demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO E ESTATÍSTICA. **No Brasil, apenas 18% da população pratica o trabalho voluntário**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/no-brasil-apenas-18-da-populacao-pratica-o-trabalho-voluntario/>>. Acesso em: 22 abr. 2017

INSTITUTO BRASIL VOLUNTÁRIO. **A história do voluntariado no Brasil**. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/?page_id=583>. Acesso em 19 jan. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Pesquisa Voluntariado**. São Paulo: Datafolha, 2014.

JAHODA, G. Critical notes and reflections on “social representations”. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 195-209, 1998.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (org.) **As representações sociais**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 31-61.

JOFFE, H. “Eu não”, “o meu grupo não”: Representações sociais transculturais da Aids. In: GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 297-323.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Ed.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 63-85.

MORENO JUNIOR, O. L. **Gestão do voluntariado em Organizações não Governamentais**: uma aplicação do método de estudo de caso na ONG Amigos do Bem. Campinas. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Campo Limpo Paulista, FACCAMP, Campo Limpo Paulista, 2014.

LANDIM, L. **Ações em sociedade**: Militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.

LEITE, R. F. B; VELOSO, T. M. G. Limites e avanços do Programa Saúde da Família de Campina Grande: um estudo a partir de representações sociais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 50-62, 2009.

MARKOVÁ, I. **Dialogicality and social representations**: the dynamics of mind. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARTINS, A. M. et al. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Revista Psicologia**: teoria e prática, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 104-114, jan/abr, 2014.

MATERÁN, A. Las representaciones sociales: un referente teórico para la investigación educativa. **Geoenseñanza**, v. 13, n. 2, p. 243-248, 2008.

MEDEIROS, S. A. R. Prefácio. In: DAL RIO, M. C. **O trabalho voluntário**: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 73-92.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINICUCCI, A. Líder e liderança: os grupos e as relações humanas: as relações humanas no trabalho. In: _____. **Relações humanas:** psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 49-221

MIRANDA, M. H. R. Voluntariado na perspectiva da História de vida: um estudo comparado entre o Brasil e EUA. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/UNILESTE-MG, 9., 2008, Coronel Fabriciano. **Anais...** Coronel Fabriciano, 2008. p. 01-02.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 211-250, 1988.

_____. **Social representations:** explorations in social psychology. Cambridge: Polity Press, 2000.

_____. **La representación social:** un concepto perdido. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2002.

_____. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NUNES, D. C. G. **Qual a importância do trabalho voluntário para a sustentabilidade de organizações não governamentais?** 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 17-34.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal sobre o Voluntariado.** Paris: 1990. Disponível em: <<http://www.nacoesunidas.org>>. Acesso em: 1 out. 2015.

_____. **Informe sobre el estado del voluntariado en el mundo:** transformar la gobernanza: Programa de Voluntários de las Naciones Unidas (VNU) 2015. Disponível em: <<http://www.volunteeractioncounts.org/SWVR2015-frame/21337%20-%20SWVR%report%20-%20SPANISH%-%20web%20single%20pages.pdf>>. Acesso em: 1 dez 2016.

POUPART, J. A Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Org. Brasília Sallum Júnior. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.p. 215-253.

PORTAL DOS VOLUNTÁRIOS. **O que é ser voluntário?** 2011. Disponível em: <https://portaldovoluntario.org.br/blogs/54329/post/45>>. Acesso em: 1 de dez 2016.

PUTNAN, R. D. **Comunidade democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAMOS, S. P.; DOMINGUES, M. J. C. S. Gestão do voluntariado: um panorama dos estudos realizados no Brasil. **Revista Foco**, v. 9, n. 1. jan./jul. 2016.

REDE BRASIL VOLUNTÁRIOS. **Projeto Voluntariado no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.slidehare.net/RedeBrasilVoluntario/voluntariado-no-brasil-ibope>>. Acesso em: 1 de dez 2016.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. Representações Sociais: Teoria e Pesquisa do Núcleo Central. **Temas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.19-33, dez. 1996.

SAMUEL, F. S. **Trabalho voluntário e biografia: compreendendo a constituição da ação de engajamento no voluntariado através do método da narrativa biográfica**. 2016. 84 f. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais– Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed. UFFAL/Editora Universitária UFPE, 2010.

SANTOS, E. R.; ROSSO, A. J. A indisciplina escolar nas representações sociais de professores paranaenses. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 34, p. 127-157, jun. 2012.

SAPIRO, A.; MATTIELLO, R. Voluntariado: benefício a quem presta e a quem recebe. **Scientia Medica: Educação em Ciências da Saúde**, v. 26, n. 4, 2016.

SCALON C.; CASTAÑEDA M. A visão dos participantes de projetos sociais sobre o papel do Estado e das ONGs. **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 2 p. 443-460, jul./dez. 2014.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.

_____. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43, mar./abr. 1993.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração – uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35. n. 3, p. 64-79, maio/Jun 1995.

SILVA, J. O.; FEITOSA, S. Ação social voluntária: motivação e evasão. **Cadernos CEDOPE**, v. 13, n. 19, 2002.

SOARES, L. A. S. **A oferta de trabalho voluntário no Brasil**. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOBRAL, M. F. C.; LIMA, M. E. O. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 630-645, 2013.

SOUZA, W. J.; MEDEIROS, J. P. de; FERNANDES, C. L. Trabalho voluntário: elementos para uma tipologia. In: **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 10, 2006, Salvador: 2006. p. 1-16.

SOUZA, W. J. de; MEDEIROS, J. P. de. Trabalho voluntário: motivos para sua realização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n 33, p. 93-102, ago. 2012.

SHIN, S.; KLEINER, B. H. How to manage unpaid volunteers in organizations. **Management Research News**, v. 26, n. 2/3/4, p. 63-71, 2003.

SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 95-118.

TERCEIRO-SETOR. **Associações e fundações**. 2017. Disponível em: <http://terceiro-setor.info/mos/view/associa%C3%A7%C3%B5es_e_Funda%C3%A7%C3%B5es/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

UMAÑA, S. A. Las representaciones sociales. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, Costa Rica, n. 127, out. 2002.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Análise Social**, Lisboa, v. 28, p. 887-919, 1993.

_____. **Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

VIOLIN, T. C. Uma análise crítica do ideário do terceiro setor no contexto neoliberal e as parcerias com a Administração Pública. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE**, Salvador, n. 13, mar./maio, 2008.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 119-149.

WILSON, J; MUSICK M. The effects of volunteering on the volunteer. **Law and Contemporary Problems**, v. 62, n. 4, p. 141-168, 1999.

YASBEK, M. C. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 6, n. 2, p. 23-40, jan./jun. 2002.

APÊNDICE A – Ficha Sociodemográfica

Ficha Sociodemográfica**Pesquisa: Estudo do trabalho voluntário a partir da Teoria das Representações Sociais:
o caso da Associação do Voluntariado Vida Viva de Varginha-MG****Pesquisadora:** Luziana Karla Braga de Souza**Telefone:** (35) 9.8879.1600**E-mail:** luzianakarlabragadesouza@yahoo.com.br

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Cor/Raça:

() branca	() pardo	() preto
() amarelo	() indígena	
4. Estado Civil

() Solteiro	() Casado	() Separado/divorciado
() Viúvo	() Convivendo com outra pessoa	
5. Tem filhos? () Sim () Não
Se sim, quantos? _____
6. Com quem mora?

() Sozinho	() Com os pais	
() Com o cônjuge	() Com os Filhos	
() Com o cônjuge e filhos	() Outro: _____	
7. Religião:

() Nenhuma	() Evangélica	() Espírita	() Culto Afro-brasileiro
() Católica	() Outra: _____		
8. Frequência à igreja:

() Diariamente	() Semanalmente
() Às vezes	() Só nas datas especiais
() Nunca	
9. Forma de residência:

() Própria	() Alugada
() Outras: _____	
10. Renda familiar em torno de:

() 1 a 5 salários mínimos	() 6 a 10 salários mínimos	() 11 a 21 salários mínimos	() mais de 21 salários mínimos
----------------------------	-----------------------------	------------------------------	---------------------------------
11. Nível de instrução:

() Ensino Fundamental incompleto (1º grau incompleto)
--

- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto (2º grau incompleto)
- Ensino médio completo (2º grau completo)
- Graduação
- Pós-graduação

12. Estuda atualmente? Sim Não

Se sim, especificar: _____

13. Com quantos anos começou a trabalhar? _____

14. Profissão atual: _____

15. Instituição: _____

16. Tempo que trabalha na instituição: _____ anos _____ meses

Setor da instituição: _____

Você tem uma segunda atividade profissional (ex. segundo emprego, trabalho autônomo)?

Sim Não

Se sim, qual(is) ? _____

17. Há quanto tempo trabalha como voluntário na Associação Vida Viva?

18. Já trabalhou como voluntário em outra/outras instituições, antes de trabalhar na Associação Vida Viva?

Sim Não

Se sim, desde quando começou a trabalhar como voluntário? _____

19. Qual a média diária de sua permanência na Associação Vida Viva? (Entre atividades regulares e outras atividades opcionais)

20. Você desenvolve atividades voluntárias fora da Associação?

Muito obrigada!
Luziana Karla

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

1. Como você define o que é trabalho voluntário? O que ele representa, no seu modo de ver?
2. Qual foi a primeira vez que ouviu falar em trabalho voluntário? Em que circunstâncias e por quais meios?
3. Quais as razões que te levaram à realização do trabalho voluntário?
4. Qual a sua visão do trabalho voluntário antes da experiência na Associação Vida Viva? Essa visão mudou depois que você começou a atuar como voluntário aqui?
5. Como o trabalho voluntário reflete em sua vida (pessoal, social, profissional)?
6. O que mais marcou sua interação com este ambiente de trabalho, quando de sua chegada à Instituição?
7. Qual o significado/sentido da atividade voluntária para você? O que é que te mantém trabalhando aqui?
8. Quais as razões que poderiam levar você a deixar de realizar a atividade voluntária?

APÊNCIDE C – Roteiro da observação participante

ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Associação Voluntária: Associação do Voluntariado VIDA VIVA

- 1) Descrever as práticas sociais cotidianas dos sujeitos: ações, comportamentos, atitudes, diálogos e manifestações.
- 2) Analisar, perceber e descrever os aspectos simbólicos que envolvem o dia-a-dia do trabalho voluntário e que compõe o contexto social e as inter-relações entre os voluntários.
- 3) Descrever as relações entre os indivíduos e o contexto social e histórico-cultural.
- 4) Observar quais elementos constituem a representação social do trabalho voluntário.
- 5) Observar quais os aspectos são mais enfatizados na representação social do trabalho voluntário.